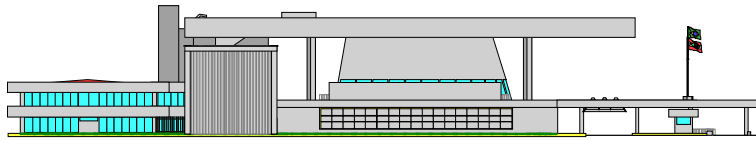


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 13 DE JULHO DE 2011

NÚMERO 6.308

17ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa  
MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente  
Dado Chereim - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Maurício Eskudlark  
Elizeu Mattos

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-  
Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente  
Sílvio Dreveck – Vice-Presidente  
Ângela Albino  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente  
Sargento Amauri Soares – Vice-  
Presidente  
Maurício Eskudlark  
Kennedy Nunes  
Jean Kuhlmann  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino – Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta – Presidente  
Altair Guidi – Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Maria Carminatti - Vice-  
Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos – Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Maurício Eskudlark  
Ângela Albino  
Kennedy Nunes  
Romildo Titon

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente  
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini – Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
**Dado Chereim**

### COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente  
José Nei Alberton Ascari - Vice-  
Presidente  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
Dado Chereim

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XX - NÚMERO 2308</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 062ª Sessão Ordinária realizada em 07/07/2011 ..... 2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 12</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas da Procuradoria..... 13 Atas de Comissões Permanentes..... 13 Ofícios..... 14 Portarias..... 18</p>
---	---	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 062ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2011

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jucélio Giradi, de Joinville.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Esclarece dúvida a respeito da segurança pública em Chapecó.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Refere-se à necessidade de resolver em definitivo a questão da segurança pública.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se ao projeto da Saúde; lamenta o ocorrido no ministério dos Transportes; apoia a continuidade da greve do Magistério.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Pede apoio à derrubada da Lei Complementar n. 485/2009;

reporta-se aos acontecimentos no ministério dos Transportes.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Reporta-se à greve dos professores de SC.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Elenca as necessidades do Hospital Regional de Araranguá.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Cumprimenta o deputado José Milton Scheffer pelo pronunciamento.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (aparte) - Corrobora as considerações do deputado José Milton Scheffer.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Manifesta-se a respeito do Executivo de Barra Velha; repercute a continuidade da greve do Magistério; aborda matérias em tramitação no Congresso Nacional.

**DEPUTADO CARLOS CHIODINI** (aparte) - Solidariza-se com deputado Nilson Gonçalves.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Reporta-se à necessidade de investimentos na região sul do estado.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Faz um balanço do atual momento do governo federal e estadual.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Cumprimenta a deputada Ana Paula Lima pelo pronunciamento.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Aborda vários assuntos de interesse da sociedade catarinense.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Registra a presença do suplente de deputado Daniel Tozzo; comenta as condições de segurança da cidade de Chapecó; defende a tese do aumento do número de vereadores; endossa a escolha de Marco Aurélio Buzzi para o STJ.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Manifesta-se a respeito da greve dos professores.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Presta contas de sua viagem de trabalho a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)  
Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Gostaria de registrar, com satisfação, a presença do vereador Jucélio Giradi, de Joinville, do PMDB e amigo nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Registramos a presença do vereador Jucélio Giradi, do PMDB.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado RENO CARAMORI, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - SR. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho à tribuna para fazer um esclarecimento e restabelecer a verdade, para que não paire dúvidas a respeito do tema que foi objeto de discurso entre as deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti. Com todo respeito, quero aqui trazer algumas informações para a deputada Luciane Carminatti, indagada pela deputada Ana Paula Lima, a respeito da Segurança Pública no município de Chapecó. Houve aqui alguma confusão ou talvez uma falta de informação da deputada Luciane Carminatti, que é de Chapecó.

Portanto, apenas para restabelecer a verdade, deputada Ana Paula Lima, quando v.exa., com toda propriedade, argumentava que a propaganda já existia em Chapecó. E realmente ocorreu.

(Passa a ler.)

"Mais uma etapa da implantação do programa *Chapecó Segurança Máxima* foi concluída nesta segunda-feira (27). O prefeito José Caramori, acompanhado de lideranças locais e estaduais, realizou a entrega de novos veículos e motocicletas para as Polícias Civil e Militar.

Durante a solenidade foram repassadas oficialmente as novas viaturas sendo um Pálio *Weekend*, três Gols e quatro motos 300 cc para a Polícia Civil e dez Palios *Weekends*, dois Gols, uma Hilux, 16 motos 300 cc, 20 motos 600 cc para a Polícia Militar. 'A iniciativa da administração deve aumentar e qualificar a Segurança Pública e contribuir para a diminuição dos índices de violência e criminalidade no município', ressalta o prefeito.

Além da aquisição dos veículos, a administração municipal fará a cedência de 20 servidores para a realização de trabalhos burocráticos e administrativos, permitindo a liberação dos policiais que hoje desempenham tais funções. A prefeitura custeará, ainda, o aluguel de um estabelecimento que atuará como Delegacia da Mulher, no bairro Forte."

Na realidade, deputada, as câmeras que foram anunciadas não foram instaladas, mas a promessa do governo é de instalá-las até o fim do ano. Cinquenta e cinco policiais militares vão começar a operar em Chapecó a partir do final de julho. É o contrato! Isso quem afirma é o coronel Benevenuto Chaves, aliás, um grande coronel, que conhecemos há muitos anos.

Ainda nessa linha, a prefeitura de Chapecó entregou aos bombeiros militares um chassi de caminhão no valor de R\$ 180 mil, com recursos do Funrebom - Fundo de Reequipamento da Organização do Bombeiro Militar.

Portanto, apenas para que se restabeleça a verdade, pois a deputada Luciane Carminatti quando indagada pela deputada Ana Paula Lima, com toda a propriedade, comentou sobre uma propaganda de Chapecó, veiculada na televisão, em Blumenau, dizendo que era mentira. Então, gostaria que a assessoria proceda à exibição de um vídeo apenas para que todos tomem conhecimento do volume de viaturas e de motos que foram cedidas.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Apenas para que os srs. parlamentares observem a entrega dos carros e das motos na presença do presidente da Assembleia, do secretário da Agricultura, do representante do governo do estado e do prefeito José Caramori. Numa solenidade administrativa, num ato administrativo, foram entregues viaturas para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, além dos 20 funcionários que atuarão no serviço burocrático para que os policiais realmente exerçam as suas atividades nas ruas de Chapecó, aumentando a segurança.

Esses 50 policiais deverão entrar em ação já em julho e até o fim do ano serão mais 55 policiais que deverão atuar no município de Chapecó. A argumentação de que eles estão se formando para atuar em outros municípios não procede, porque o compromisso do governo do estado e do coronel Chaves é de que esses elementos deverão atuar lá no município.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado RENO Caramori, fiquei triste por um lado e feliz por outro quando vi a propaganda sobre o município de Chapecó sendo veiculada em Blumenau, porque o estado de Santa Catarina vive um momento de insegurança, e a promessa é sempre "fará", "acontecerá", "deverão". Então, quando vi a propaganda sobre o município de Chapecó pensei: Meu Deus, tantos carros, tantas motos, tantos policiais, tantas câmeras de segurança! Pensei que já havia sido entregue tudo, mas não aconteceu, ficou no "acontecerá", "fará" e "deverão". Mas parabenizo o prefeito de Chapecó, se realmente ocorreu esse feito, mas é mais uma vez um município assumindo uma responsabilidade que é do governo do estado. E queremos, deputado RENO Caramori, v.exa. que mora em Caçador, que a Segurança Pública seja resolvida de uma vez por todas em todo o estado, como é a promessa do governo.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço as suas palavras, deputada Ana Paula Lima, v.exa. tem toda razão quando diz que há necessidade de mais segurança em todo estado, mas o município de Chapecó tomou a dianteira para minimizar a situação oferecendo todos esses equipamentos, motos, viaturas, que já foram entregues. E o governo do estado assume essa responsabilidade, deputado Silvio Dreveck, de fazer o encaminhamento. Estão lá 50 homens, deputado Sargento Amauri Soares, 50 colegas seus já estão em Chapecó se preparando para até o fim do mês assumir a segurança das ruas de Chapecó. E mais 55 estão também se preparando para começar a trabalhar até o fim do ano.

Portanto, gostaria de fazer esse registro, não estou aqui para defender ninguém, mas precisamos restabelecer a verdade. Chapecó é um município grande, é o maior município do oeste catarinense, sabemos que o índice de criminalidade está aumentando cada vez mais, e o prefeito tomou essa iniciativa com a autorização da Câmara de Vereadores, dentro de um planejamento orçamentário, e conseguiu levantar R\$ 2,2 milhões em motos, veículos, equipamentos, para a Segurança Pública no município de Chapecó.

Parabéns prefeito, parabéns ao coronel Chaves. E que a segurança melhore ainda mais naquele município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito,

deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Aleisc Digital na manhã desta quinta-feira, neste Parlamento.

A notícia boa da semana, talvez das últimas semanas, é que chegou a esta Casa o PLC da incorporação do abono de 16,76% aos servidores da Saúde, que era a principal demanda da categoria na greve do ano passado. Incluiu vou ler, pois está aqui presente o presidente do sindicato que assumirá na semana que vem, Pedro Chagas, para que ele se convença de que chegou de fato.

(Passa a ler.)

"Expediente da 62ª Sessão Ordinária de 7/7/2011.

Mensagem do governador n. 0174/2011, encaminhando o Projeto de Lei Complementar n. 0024/2011, que incorpora o valor do abono progressivo previsto no art. 1º da Lei Complementar n. 479, de 4 de janeiro de 2010, ao valor do vencimento dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da secretaria da Saúde e estabelece outras providências."

Então, está aqui essa conquista importante, que evidentemente veio com a força do movimento que é dirigido pelo Sindsaúde - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde - que, como já disse, tinha essa como a principal reivindicação na greve de 2010.

Sr. presidente e caros colegas deputados, com relação a essa prática sempre comentada na famosa rádio corredor e que é bastante difundida no serviço público em geral, da cobrança de comissões de 5% sobre o valor das obras do ministério dos Transportes, quero dizer que, segundo consta, o beneficiário seria o PR, que é o partido do ex-ministro Alfredo Nascimento que, inclusive, era também o presidente do partido.

Em casos como esse a sociedade é roubada duas vezes, deputado Silvio Dreveck, é roubada porque existe um superfaturamento das obras e porque a empreiteira que paga por fora para corruptos sente-se descompromissada de realizar a obra no tempo previsto e de fazer o serviço com a qualidade técnica necessária. E aí vemos esse martírio que é a duplicação do trecho sul da BR-101, a enrolação, inclusive, para a construção do contorno viário da Grande Florianópolis, isso sem falar da BR-470, da BR-280 e de outras tantas obras.

Vou repetir o que disse ontem, ou seja, que tenho a impressão, o sentimento, de que a presidente Dilma Rousseff deveria ela mesma assumir o ministério dos Transportes, sentar lá e dizer: "Vamos organizar essa bagunça!" Talvez seja a forma de começar a extirpar o monte de gambás que estão no milharal acabando com os recursos públicos, desprezando o sentimento e as necessidades mais vitais da nossa sociedade.

E se pensarmos isso na área da Educação, da Saúde, da Segurança Pública, deveria ser crime hediondo, porque a corrupção e o desvio de recursos nessas áreas são absurdos inimagináveis, assombrosos. É claro que em todas as áreas é muito grave, mas na Saúde e na Educação deveria ser considerado crime hediondo.

É preciso discutir penas mais severas contra os corruptos, e ontem manifestei a minha discordância com a maior liberalidade para ladrões de carros e de residências, mas os crimes chamados do colarinho branco precisam ter uma pena mais severa e precisam ter um processo de persecução policial e judiciária que garanta que o indivíduo seja punido. Pois o que vemos é que pobre vai para cadeia e o rico vira notícia, porque se é preso, logo estará solto.

Há dois anos, quando do episódio da prisão de um banqueiro, comentei nesta Casa acerca da necessidade de comprar muitas algemas de ouro, porque a Polícia Federal prendeu o cidadão, e a Justiça em menos de 24 horas mandou soltar. Já fizeram até uma súmula proibindo usar algemas! Será que é porque são de aço? Quem sabe se fizerem de ouro se possa combater melhor a corrupção neste país.

Finalmente, sr. presidente, não poderia deixar de falar da continuidade da greve do Magistério. Creio que muito pouca gente entendeu que os professores até aceitam parcelar o pagamento do piso na carreira em várias vezes, talvez em um, dois ou três anos. Os que os professores não aceitam é cortar qualquer direito historicamente construído e depois parcelar a regência de classe e achatá-la na carreira. Isso não está no horizonte do aceitável e do negociável para a imensa maioria dos professores.

Quando o governo apresentou a primeira medida provisória, a MPV n. 188, já fez uma proposta equivocada e acabou perdendo a chance até de negociar, porque naquela proposta foi exaurida a condição de negociação e estabelecida a desconfiança da categoria. Depois, a Medida Provisória n. 189 melhorou um pouquinho a proposta, mas manteve os mesmos preceitos de extinguir o inegociável e chegou-se à situação que agora está colocada.

Preciso dizer que o nosso apoio se mantém à greve do Magistério. Não é verdade o que se tem dito por aí, por uma minoria, que é uma greve política. Não é. E se é, já o é desde o início! Mas a nossa compreensão é que continua sendo uma greve da base da categoria, uma greve que foi constituída pela vontade das bases e mantém-se pela vontade da base, porque todos acompanharam que o sindicato e o comando de greve estiveram negociando com o governo, no último final de semana, e a proposta ali colocada é a que não foi aceita na assembleia de ontem.

Então, a greve continua sendo da categoria, das bases do Magistério estadual, que está com a razão, e o nosso apoio continua irrestrito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Minha saudação ao sr. presidente e a todos os deputados e deputadas.

Quero, no início da minha fala, cumprimentar o novo indicado para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, STJ, desembargador Marco Aurélio Buzzi, catarinense que foi escolhido pela presidente Dilma Rousseff e que agora será sabatinado no Senado.

Parabenizamos o catarinense Marco Aurélio Buzzi, que dias atrás esteve nesta Casa e que recebeu o apoio da deputada Ana Paula Lima e dos deputados Neodi Saretta e Volnei Morastoni, além do nosso.

Srs. deputados e deputadas, na última terça e quarta-feiras tivemos dois momentos de questionamento da Lei Complementar n. 485/2009, uma pelo Tribunal de Contas, deputada Angela Albino, e outra pelo Tribunal de Justiça. Essa lei complementar é que permitiu a transposição para esta Casa de servidores públicos estaduais que tenham sido eleitos deputado estadual, concedendo-lhes ainda o direito de aposentar-se com o salário de parlamentar.

Esperamos que tanto o Tribunal de Contas do Estado quanto o Tribunal de Justiça nos ajudem a derrubar essa lei, a terminar com esse privilégio que alguns chamam de direito adquirido,

mas que entendemos ser uma imoralidade que precisa ser derrubada, corrigida. Esperamos também que esta Casa consolide o projeto que está tramitando, apresentado pela nossa bancada em fevereiro, que revoga o art. 31 que gerou essa situação que precisa ser derrubada.

Quero, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que já levantou esse tema, comentar o assunto que é tema da imprensa nacional, ou seja, a denúncia contra o ministério dos Transportes, que derrubou vários de seus dirigentes e agora o próprio ministro.

Lamentavelmente essas questões continuam acontecendo em nosso país, e desejo cumprimentar a presidente Dilma Rousseff pela agilidade, pela firmeza na tomada de providências, pois a sociedade brasileira espera que os fatos sejam esclarecidos e os envolvidos respondam na Justiça pelo mau uso do dinheiro público.

Agora, não concordamos com algumas avaliações feitas ontem nesta Casa, no sentido de que as obras em Santa Catarina terão problemas. A BR-280, por exemplo, tão cobrada pela sociedade catarinense, vai sofrer atrasos, é verdade, mas essas denúncias de corrupção precisam ser passadas a limpo, já que não é possível validar uma licitação que está eivada de suspeitas de corrupção. É preciso corrigir e deixar claro que a obra vai ser realizada com serenidade e transparência.

Então, srs. deputados, as denúncias precisam ser investigadas, as questões reavaliadas e as obras podem atrasar, mas não podem ser realizadas de qualquer jeito. Assim, está correta a decisão do governo federal de dar uma freada nas obras do ministério dos Transportes, mesmo com possíveis atrasos no cronograma, a fim de que tudo seja esclarecido.

Entretanto, as obras em Santa Catarina estão atrasadas em função das denúncias veiculadas não procede, até porque nosso estado tem sido privilegiado em termos de investimentos federais. Se olharem o que foi feito nesses últimos anos, verão que temos razão. Eu, que moro no oeste catarinense e que transito muito pela BR-282, sei do que estou falando: a obra foi concluída até a divisa com a Argentina e suas condições de trafegabilidade são muito boas.

Por outro lado, esperamos que os deputados da base do governo cobrem do secretário Valdir Cobalchini e do governador Raimundo Colombo os investimentos que as rodovias estaduais precisam, porque, em nossa avaliação, o governo federal está cumprindo sua função, tanto é que a BR-101 finalmente está em sua etapa final de construção, apesar dos gargalos que ainda impedem o término da obra. Mas o que deixa de fato a sociedade revoltada é a demora das empresas em executar as obras para as quais foram contratadas. Isso aconteceu em vários trechos, e a demora é absurda. Não se trata de falta de recursos, é falta de gestão, de organização das empreiteiras.

Contudo, repito, a mesma cobrança que os deputados da base do governo fazem em relação às obras federais, fazemos em relação ao governo do estado no que concerne às rodovias estaduais, pois há muitas estradas em péssimas condições. E cito sempre a estrada que liga São Lourenço do Oeste a Campo Erê e uma rodovia nova que liga os municípios de Irtati e Formosa do Sul.

Então, é isto que nós, como parlamentares, temos que cobrar: seriedade na aplicação do dinheiro público, obras bem realizadas para a sociedade catarinense. Inclusive, a reunião que tivemos com a ministra Ideli Salvatti, na semana passada em Brasília, destinou-se a discutir os grandes investimentos, as grandes obras que Santa Catarina necessita. Temos um canal de diálogo

permanente como o governo federal, especialmente com a nossa ministra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o deputado Darci de Matos.

Antes, porém, de conceder a palavra a s.exa., faremos a leitura da Mensagem n. 180.

(Passa a ler.)

"Mensagem n. 180

Excelentíssimo sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados da Assembléia Legislativa do Estado.

Nos termos do artigo 50 da Constituição do Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, o projeto de lei complementar que 'Modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos e estabelece outras providências'.

Florianópolis, 07 de julho de 2011

(a) João Raimundo Colombo  
Governador do Estado"[sic]

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo saudar os srs. deputadas, as sras. deputadas, os ouvintes da Rádio AleSC Digital e os telespectadores da TVAL.

Início registrando a presença neste plenário dos amigos de Joinville, vereadores do PMDB, o Jucélio, de Vila Nova, e o Osmari, psicólogo. São vereadores atuantes que têm dado uma contribuição significativa para o desenvolvimento da nossa cidade.

Sr. presidente, desejo fazer algumas observações a respeito da greve dos professores de Santa Catarina e sobre os efeitos catastróficos principalmente com relação aos alunos e às famílias catarinenses. A greve é um instrumento legal, legítimo, e diversos segmentos no Brasil e no mundo têm-se utilizado do mesmo, e tem sido fonte, alavanca de conquistas significativas em todos os setores. Mas é preciso ter bom senso na utilização desse instrumento.

Durante esses 50 dias de greve, o governador Raimundo Colombo demonstrou-se como um político, um gestor democrático, transparente, acessível, recebendo inclusive o comando de greve na Casa d'Agrônoma, na sua casa, debatendo a questão da greve à exaustão, discutindo, propondo, analisando. E até agora o que estamos observando, srs. deputados? Avanços significativos. Primeiro, o pleito do sindicato era o cumprimento do piso. Bom, o governo do estado vai cumprir o piso. Posteriormente veio a questão da regência. Muito bem, o governo do estado atenderá à recomposição da regência dos professores até o início do ano que vem. Depois veio a recomposição da tabela. O governo estabeleceu a recomposição da tabela. E agora, sr. presidente, quais são as reivindicações do sindicato? Eu nem diria do sindicato, porque houve um racha entre o sindicato e outro segmento ideológico que está politizando a greve de Santa Catarina. Não sabemos ao certo.

Ora, sr. presidente, entendemos que por parte do governo, do Parlamento catarinense, fizemos todas as concessões possíveis e racionais conforme os recursos disponíveis no estado de Santa Catarina. E quais foram as concessões que o movimento grevista fez? Nenhuma, em nenhum momento. Portanto, fazemos um apelo ao sindicato, à categoria, para que possamos voltar às aulas e continuar a discussão, a negociação de melhorias para os professores, que merecem, precisam e vão ser tratados com respeito pelo nosso governo.

Raimundo Colombo e o secretário Marco Tebaldi estão na gestão há cinco meses e não podem recuperar perdas de décadas em apenas um mandato.

Sr. presidente, quero fazer esse apelo, dizendo que os estudantes do terceiro ano do ensino médio terão que enfrentar o Enem, terão que se preparar para o vestibular e precisam da conclusão do ano para buscar uma colocação no mercado de trabalho. Portanto, não há razão para o movimento grevista radicalizar. E se verificarmos o placar, sr. presidente, das assembleias realizadas, veremos que 17 votaram para a favor da volta às aulas e somente 11 pela permanência da greve. Ora, que democracia é essa?

Agora, tivemos informações, e a imprensa noticia hoje, que na assembleia geral realizada em Florianópolis houve uma postura vergonhosa, amadora, radical, sectária, quando professores manifestavam ou tentavam se manifestar pela volta às aulas. O que presenciamos? Vaias, xingamentos. Isso não é democracia.

A greve foi partidarizada. É uma briga, um racha, uma divergência entre partidos políticos, e os pais, as famílias e as crianças não podem ficar reféns dessa divergência política.

Sr. presidente, ouvi, pela manhã, o apelo do presidente de uma APP de Santa Catarina e de muitas APPs. É o momento de utilizarmos o bom senso, de voltar às aulas, para que possamos continuar a negociação, porque o governo mandou para esta Casa, há pouco, um projeto de lei. E vamos votar o projeto de lei.

O governo até agora foi democrático, aberto, sensível, mas chegou o momento de tomar uma posição dura, firme, porque não há mais razão para essa greve continuar. Os avanços foram conquistados, e o movimento grevista não fez nenhum gesto de concessão. Não houve concessão por parte de quem está conduzindo a greve.

Ora, a divergência foi tão grande, deputado Sargento Amauri Soares, que um segmento do movimento grevista chegou a propor a troca dos representantes dos sindicatos que estão negociando com o governador. Não se estão entendendo. Houve um racha, uma divisão. Está havendo uma questão política no movimento grevista. E não podemos permitir que isso aconteça, porque interfere na educação, em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero ressaltar que acompanhamos o governador Raimundo Colombo pelo oeste catarinense e vimos a sua disposição em conversar com o movimento grevista. A maioria dos professores, efetivamente, quase a totalidade, está preocupada com a qualidade de ensino, com várias outras questões e está querendo o entendimento. E o governo demonstrou a possibilidade de negociação que existia. Na verdade, o movimento é que conseguiu o entendimento, porque aceitou a primeira proposta do governo. Essa proposta foi rechaçada pela categoria. O que está havendo é uma divisão na decisão. O comando da greve está prejudicando o andamento da negociação e o retorno às aulas. Então, entendemos que a grande maioria dos professores está consciente, vai voltar às aulas e ajudar a salvar este ano eletivo no estado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, eu tenho somente que lamentar, porque acho que houve avanço. O governo não radicalizou

em momento algum, de R\$ 13 milhões passou para R\$ 22 milhões e depois para quase R\$ 28 milhões, dentro daquilo que se solicitou. O sindicato dos professores queria uma data limite na recomposição da regência, e isso foi colocado pelo governador dentro dos limites, dentro da responsabilidade que o governo tem em poder conceder e pagar. E acho que houve um ato de antidemocracia, porque as regionais decidiram pelo fim da greve no oeste, no planalto, e ontem se tomou uma posição totalmente contrária.

Então, não haveria necessidade de fazer as assembleias regionais, porque o pessoal que está em Florianópolis é quem toma a posição. Assim, as decisões das assembleias regionais são inócuas, não têm validade nenhuma. Foi um faz de conta. Houve a decisão pelo fim da greve, mas quem estava aqui, ontem, em Florianópolis, não era o pessoal do oeste nem da serra catarinense. Aquelas pessoas que optou pelo fim da greve não veio à assembleia ontem. Estavam aqueles que queriam a continuidade da greve a qualquer custo.

Portanto, lamento muito e parabeno v.exa. pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Sr. presidente, avançamos e houve a participação efetiva de todos os srs. parlamentares e do Executivo numa negociação pragmática, inteligente e consensual com os poderes. Conseguimos parte dos recursos, pois os poderes vão ceder parte de seus recursos para que possam ser disponibilizados ao governo para serem investidos na Educação.

Portanto, todos estão fazendo gestos. O governo discutiu, ponderou, mas chegou a hora de tomar as providências cabíveis, porque as crianças não podem continuar fora da sala de aula.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Inscrito o deputado José Milton Scheffer, nosso representante do sul, a quem concedemos a palavra por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentar o sr. presidente, deputado progressista Reno Caramori, e em nome dele cumprimento todos os deputados e deputadas presentes nesta sessão.

Gostaria na manhã de hoje de chamar a atenção das autoridades e também desta Casa para a situação que vive o Hospital Regional de Araranguá. O referido hospital é a principal instituição de saúde da nossa região e atende a cerca de 200 mil habitantes. Esse hospital foi criado em 1983 e por uma série de ações e dificuldades de gestão ainda não conseguiu atender às necessidades da população dos 15 municípios do vale do Araranguá.

Agora, em função da saída da administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc -, que vinha gerindo esse hospital nos últimos 16 anos, temos um novo momento. Precisamos, com a secretaria estadual da Saúde e com o governo do estado, construir uma parceria, um projeto de gestão capaz de levar para o extremo sul de Santa Catarina pelo menos uma parte do atendimento de saúde que a população de outras regiões do estado já possui.

É um momento importante, e precisa, sim, de uma ação mais efetiva por parte de todos nós, do secretário estadual da Saúde, no sentido de encontrar uma instituição capaz de realizar esse projeto. Hoje, sem dúvida nenhuma, essa é a prioridade número um de toda essa região. Aliás, deputado Manoel Mota, na última reunião da secretaria regional para tratar do PPA, essa situação já foi colocada como prioridade social

número um, ou seja, a gestão, a administração do Hospital Regional de Araranguá, para que de uma vez por todas possamos ter no extremo sul o mesmo atendimento que existe na capital, pelo menos em algumas especialidades médicas, o que não tivemos ao longo desses últimos anos, desde 1983.

É uma prioridade. A população precisa! O hospital está construído, e precisa-se apenas encontrar uma forma para a sua gestão e obviamente que o governo do estado participe com aporte de recursos. Ele já vem participando, mas tem que aumentar esses recursos para que a futura gestão possa oferecer outros serviços para a população.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não.

Gostaria de ouvir a sua opinião, deputado Manoel Mota, v.exa. que é natural de Araranguá, sobre esse assunto.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado José Milton Scheffer, quero cumprimentar v.exa. e falar sobre o grande compromisso que tenho com Araranguá, minha cidade.

Nós dois somos representantes daquela região e temos compromisso com aquele povo. O hospital regional tem que ser o carro-chefe da saúde da região. Mas, infelizmente, passaram-se tantos anos desde que foi construído e ainda não se conseguiu encontrar um caminho para amenizar os problemas da saúde da região.

Hoje todos acorrem a Criciúma e a outras regiões. Por quê? Porque não temos equipamentos satisfatórios, não temos a gestão. A Unesc fez um bom trabalho, mas também não alcançou o grande objetivo da sociedade.

Este é um momento de reflexão. Às vezes, fala-se em diminuir esses hospitais pequenos. Mas parece que não vamos diminuir os hospitais; vamos liquidá-los, porque nos corredores não haverá mais macas nem cadeiras para comportar todos.

Então, é preciso um conjunto de forças para agir na área da Saúde. O secretário Dalmo de Oliveira está disposto a ser parceiro, a investir mais em equipamentos, e agora precisamos buscar uma entidade que atenda à sociedade e tudo o que é fundamental na saúde do sul deste estado.

Essa discussão é muito importante. Quero cumprimentá-lo e dizer que há poucos dias estive com o secretário falando sobre essa situação. E não podemos viver no marasmo que está a saúde naquela região. Por isso, quero cumprimentá-lo. É necessário fazer com que os 15 municípios, as 15 secretarias municipais de Saúde se integrem nessa ação para que possamos buscar o nosso direito e exercer o nosso dever como parlamentar, procurando alcançar tranquilidade na área da Saúde, no sentido de que haja um atendimento especializado naquela região. Outras regiões já têm. E também merecemos e vamos lutar por isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não, deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro companheiro, deputado Milton Scheffer, parabéns pelo seu pronunciamento.

Quero deixar a comissão de Saúde à disposição, porque nas audiências que estamos realizando em todo o estado ficou essa lacuna em aberto na região do extremo sul, em Araranguá.

Fizemos uma audiência em Criciúma pensando que Araranguá estaria presente para debater a situação do hospital, mas acabou não estando representada. Ficamos, então, com essa proposta em aberto para discutir. Pelo fórum dos hospitais, hoje, estamos indo a São Miguel d'Oeste para começar um novo circuito, para discutir a questão dos pequenos hospitais pela região do extremo oeste. E também está agendado um dia para Araranguá.

Colocamo-nos à disposição pela comissão de Saúde, junto com v. exa e com o deputado Manoel Mota, para que possamos nos debruçar sobre a questão do hospital de Araranguá.

Quero manifestar uma opinião minha, particular, lógico que precisa ser cotizada com as outras propostas. Como é um hospital do estado, sempre defendi a ideia de que o governo do estado tem que abraçar com força os seus hospitais, assumir plenamente a sua responsabilidade com relação a esses hospitais, para que não fiquem vagando dessa forma, com todas essas dificuldades e sempre à mercê de haver uma terceirização da sua administração, que não seria necessária.

O estado, inclusive, pela lei orgânica de saúde, tem a responsabilidade de responder pelos hospitais que têm essa referência regional e de alta complexidade como é o hospital de Araranguá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado pela contribuição, caro deputado Volnei Morastoni.

Gostaria também de acrescentar que ontem, acompanhando o prefeito Mariano Mazzuco, a secretária de Saúde Evelyn Elias, o diretor do consórcio regional de saúde dos municípios, visitamos o Hospital Regional do Oeste, em Chapecó, e lá tivemos conhecimento de outra forma de gestão: o hospital vem buscando um caminho junto com a comunidade para atender às prioridades.

Gostaria de cumprimentar, deste plenário, toda a diretoria do Hospital Regional do Oeste, pelo trabalho que vem sendo feito, e agradecer a acolhida, a receptividade que tivemos e todo o repasse do conhecimento da gestão. E Chapecó através do seu hospital, também, de certa forma, vai contribuir para que possamos montar uma proposta da futura gestão do Hospital Regional de Araranguá.

O nosso hospital, hoje, tem 120 leitos, tem UTI, tem toda uma construção feita, toda uma estrutura física já construída. Falta somente encontrar um modelo de gestão, criar novas especialidades médicas, para que a população possa ser atendida.

Não é justo que numa madrugada fria como desta noite pessoas do vale do Araranguá tenham que embarcar em vários ônibus para ir até Tubarão, até Florianópolis, em busca de atendimento, inclusive de média complexidade. Inclusive, as ambulâncias não têm parado de trafegar na BR-101.

Para finalizar, gostaria de dizer que a região espera, sim, uma ação mais efetiva de diversas autoridades.

É preciso registrar aqui também o trabalho feito pela Aciva - Associação Comercial e Industrial de Valença -, juntamente com a prefeitura de Araranguá, a Amesc e todos os prefeitos, no sentido de encontrar uma solução definitiva para a gestão do Hospital Regional de Araranguá.

Seria ótimo, sem dúvida alguma, que o governo do estado abraçasse essa administração e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Dentro ainda do horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao DEM, que permutou o horário com o PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero agradecer aos deputados do DEM por terem permitido que fosse feita a inversão do horário, para que eu pudesse falar em nome do PSDB.

Sr. presidente e srs. deputados, tenho, lamentavelmente, um comunicado e um comentário a fazer sobre a nossa querida Barra Velha, que faz parte da Grande Joinville.

Hoje, pela manhã, a Polícia Federal, por determinação do Ministério Público, afastou o prefeito Samir Mattar, como também o secretário Eurides dos Santos, o ex-presidente da Câmara de Vereadores, acusados de malversação de fundos na época da ressaca de 2009. E as investigações vêm-se desenvolvendo desde o ano passado, culminando com o afastamento dessas autoridades de Barra Velha. E se não fosse essa nova interpretação por parte do processo penal, estaríamos vendo as prisões acontecendo na manhã de hoje.

Conheço muito bem o prefeito e, se não estou enganado, é o prefeito mais velho de Santa Catarina. Eu, que o conheço mais de perto, tenho por ele, particularmente, uma grande admiração e um grande respeito. Por isso tenho a mais absoluta esperança de vê-lo sair desse processo.

Espero que ele possa provar que não teve, em momento algum, interesse em usar dinheiro público para qualquer outro fim que não fosse para o benefício de Barra Velha, até porque é um homem muito rico, um homem financeiramente sem o menor tipo de problema. Conheço-o de longa data e está emprestando a sua capacidade empresarial para Barra Velha.

Então, ele está envolvido agora nessa situação extremamente desagradável. Mas tenho certeza de que, ao final de tudo isso, poderá provar que o dinheiro público, se não foi usado para um fim, foi usado para outro, mas em todos com um único destino: em benefício de Barra Velha.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado Nilson Gonçalves, considero oportuna a sua colocação. É justa a investigação do Ministério Público, mas esse órgão vai agir, com certeza, com prudência, respeitando a figura do prefeito e as pessoas supostamente envolvidas. Espero que permaneçam no cargo e possam continuar o desenvolvimento do seu trabalho.

O município de Barra Velha é um dos que mais crescem em Santa Catarina, recebendo inúmeras empresas, nos últimos anos, e precisa da sua administração tranquila para continuar crescendo. E o prefeito Samir Mattar deve continuar no comando da cidade.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O deputado Neodi Saretta foi prefeito em várias oportunidades e muitas vezes o prefeito responde pelo seu secretariado também. Muitas vezes o secretário pode não fazer uma coisa direito, isso redundando em processo, e o prefeito acaba pagando o pato, como se diz na gíria, porque ele é responsável pela administração pública do seu município. Mas tenho esperança de ver o nosso amigo Samir Mattar explicando e provando que não teve, em momento algum, segundas intenções com o dinheiro público enviado para aquele município.

Com relação à greve dos professores, acompanhando, ontem, no final do dia, e hoje, pela manhã, as manifestações, não tenho muito a comentar sobre isso, porque é um assunto

extremamente delicado e devemos tomar muito cuidado com o que se fala agora, até porque estamos vivendo um momento difícil no estado. Eu diria que o próprio movimento em si está também tendo dificuldades dentro dele. Se formos analisar as assembleias regionais de Santa Catarina, se não estou enganado, foram 17 regionais que votaram pela volta às aulas e apenas 11 votaram contra. Portanto, a grande maioria, a esmagadora maioria, queria o fim da greve do Magistério.

Na assembleia geral da categoria, ontem, na passarela Nego Quirido, não se expressou isso, muito provavelmente pela falta de condições de muitos professores, que votaram pelo fim da greve na sua base, vir até a capital. Por conta disso, acabou ficando uma maioria que certamente teve mais condições de vir à capital. E esse grupo que estava em Florianópolis naquele momento tinha a maioria para votar pela continuação da greve. Mas se analisarmos mais profundamente, não espelhando o sentimento de toda a classe, que já havia expressado isso nas suas votações, nas suas regionais, a maioria tinha votado pelo fim da greve.

Então, é uma situação muito emblemática, inclusive para os próprios professores, entre a própria categoria, porque muitos, uma grande porção de professores, vão retornar para as salas de aula. Quer dizer, o movimento me pareceu com uma tendência política muito forte. Mas quem sou eu para julgar "A" ou "B"? Estamos torcendo, na verdade, para que haja bom senso e que volte a normalidade neste estado, até porque, pelo que acompanhamos como parlamentar, o governo não tem mais o que oferecer, já fez tudo aquilo que estava dentro do seu limite e das suas possibilidades, e muito acima das suas possibilidades, segundo as palavras do governador do estado.

No tempo que me resta, gostaria de tecer alguns comentários sobre a rejeição no Senado, na comissão de Constituição e Justiça, de duas propostas que certamente alterariam a vida de todos nós neste país, digo, nós, parlamentares, nas esferas municipal, estadual e federal. Uma delas tratava do voto chamado "distritão", que daria condições àqueles que tivessem o maior número de votos se elegerem, os mais votados. Por exemplo, aqui em Santa Catarina, os 40 candidatos mais votados seriam os 40 que iriam para esta Casa. Mas não passou na comissão de Constituição e Justiça.

A outra emenda seria aquela do voto em lista fechada, que graças a Deus não foi aprovada. Ou seja, os caciques iam se sentar, fechar a porta e escolher aqueles que quisessem, fechar a listinha, apresentar ao povo para votar. Nem o nome do candidato iria aparecer; a pessoa iria votar apenas na sigla. Essa também não passou, mas está sujeita a ser ressuscitada no plenário do Senado porque, segundo entendimento lá, dá para ressuscitar essas duas propostas. Tomara que o entendimento continue da mesma forma como foi na comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam este Parlamento, pretendo fazer um pequeno relato sobre o sul do estado, minha região, que ao longo dos anos foi perdendo investimentos, tornando-se uma das regiões mais pobres de Santa Catarina. Mas hoje estamos trabalhando para reverter esse processo.

Santa Catarina viveu um momento forte, um momento que o governador Luiz Henrique da Silveira, com um projeto arrojado de descentralizar o estado, derrubou o mito e ganhou uma eleição, implantando em Santa Catarina a descentralização através das regionais.

Falavam que o estado não teria condições de bancar, e foi provado que o estado que gastou menos com a máquina pública foi Santa Catarina. Então, as regionais não comprometeram absolutamente nada. E isso fez com que aquele inchaço que vinha ocorrendo nos grandes municípios, com as pessoas buscando oportunidade de emprego, de trabalho, abandonando os pequenos municípios, abandonando a agricultura e, consequentemente, formando as favelas, não acontecesse mais nesses últimos oito anos.

Então, como fruto da descentralização todas as regiões de nosso estado cresceram, receberam indústrias brasileiras e estrangeiras, num investimento de R\$ 17 bilhões. Foi um avanço importante para o estado na geração de empregos, na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida. Por essa razão é que trabalhamos e buscamos alternativas para realizar os sonhos da nossa região.

Também trabalhamos há anos pela duplicação da BR-101, porque as empresas se instalam onde há condições de escoar a sua produção, e como o trânsito estava sufocado, tivemos que trabalhar muito. E por trabalhar muito por essa causa, respondo por quatro processos na Polícia Federal, pelas inúmeras paralisações que fizemos acompanhado de prefeitos, de vereadores, de deputados, da Associação Comercial, do CDL, enfim, da sociedade inteira, que lutava pela BR-101, que já está quase concluída, que foi palco, ontem, de denúncias e mais denúncias de corrupção, caindo por isso o ministro dos Transportes.

Então, essa é a razão para não termos obtido uma resposta para todo esse atraso da obra. Mas o atraso da obra, agora, tem resposta. Por que a obra atrasou? Porque alguns setores não tinham interesse que ela andasse com mais rapidez. Mas enquanto isso vidas foram ceifadas na BR-101, e ainda continua acontecendo isso.

Ontem, a presidente da República tomou medidas imediatas para não comprometer o governo. O governo não pode ser comprometido. Então, foram tomadas medidas importantes, para a sociedade saber que toda vez que se põe a mão em dinheiro público as coisas têm que ser revistas e as pessoas punidas. Essa é a nossa obrigação como parlamentar.

A BR-101 está quase concluída, mas faltam ser concluídos ainda os gargalos do Morro do Formigão, da Ponte da Cabeçuda, do Morro dos Cavalos, que estão totalmente comprometidos. Mas já dá para chegar mais rapidamente ao município de Araranguá ou de Araranguá para cá.

Há o aeroporto de Jaguaruna, fruto de um convênio entre o governo do estado e o governo federal, que é um dos melhores do sul do Brasil, que até o fim do ano estará totalmente concluído. Há o porto de Imbituba, que é um dos portos com mais segurança em Santa Catarina. Tanto que o grupo Votorantin fez um investimento no alto vale de milhões e está investindo mais de R\$ 300 milhões no porto, porque o calado é no mar, há segurança.

Então, temos o porto, o aeroporto, a BR-101 e agora estamos travando uma luta muito forte com relação à licitação da serra da Rocinha, na BR-285, que está no PAC 2. O governo federal está somente aguardando para licitar a serra da Rocinha que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Só faltam 25km para

termos toda a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Chile caindo em Santa Catarina pelo norte do estado do Rio Grande do Sul, uma obra importante e fundamental.

O Ibama realizou uma audiência pública em Timbé, uma das melhores da história que conheço de 28 anos de vida pública. A licença está na mão, mas já faz 11 meses que ela não vem! Então, é preciso saber com o próprio Ibama, que foi lá e realizou a audiência pública, por que não sai a licença. Temos que ver e rever por que ela não sai, por que está trancada e emperrada.

Há a Serra do Faxinal, que liga a Cidade dos Canyons, Praia Grande, Canela, Gramado, Caxias do Sul. E vão diminuir 200km por Praia Grande, Cidade dos Cânions, sendo que a melhor beleza natural do mundo é o Itaimbezinho.

Fizemos 8km de asfalto, faltam 7km, mas agora não sai a licença desses 7km! Então, está emperrada a região do sul do estado pela questão ambiental e pela questão da falta de decisão do Ibama. Todos os estudos estão prontos, e por que não sai a licença?

Então, é preciso, sim, rever isso porque o sul de Santa Catarina precisa crescer para gerar empregos. As indústrias somente se instalam onde há oportunidades, onde há gás, onde há estradas. E agora há o problema da questão ambiental.

Há a questão da Interpraias, e estamos lutando dia e noite por ela! Nós nos mobilizamos para haver a Interpraias via SC Parceiras, com empresas vindo investir no estado. Por lá passarão 15 mil veículos por dia, e é viável uma empresa investir, mas será importante para o sul do estado.

Então, isso precisa acontecer. Mas para acontecer tudo isso temos que fortalecer cada vez mais, caro presidente, a descentralização. As secretarias regionais são o foco da população da região. Os conselhos, que se compõem com todos os partidos, são o foco para se lutar e transmitir a segurança nesse sentido para que Santa Catarina continue crescendo, desenvolvendo-se, gerando emprego e renda e melhorando a qualidade de vida do povo, que esse é o grande objetivo pelo qual temos lutado no Parlamento ou no próprio governo.

O governador Raimundo Colombo, que está há seis meses no governo, está pagando um preço muito caro, porque tem que resolver muitos problemas e as coisas não estão acontecendo. Por que não estão acontecendo? Porque está faltando alguma decisão importante.

Sabemos perfeitamente que agora, com a greve em Santa Catarina, foram feitas reuniões em todas as regiões e que a maioria dos professores optou pela volta às salas de aula, dentro daquela proposta que foi feita. Qual foi a proposta? O governo iniciou com R\$ 12 milhões, passou para R\$ 22 milhões e agora chegou a R\$ 28 milhões, assumindo no papel, no projeto que vamos aprovar nesta Casa, que pagará, no próximo mês, para as regências de classe 20% para quem ia ganhar 17% e 30% para quem ia ganhar 25%. E no projeto concluiu-se que, a partir de janeiro, pagará 40% das regências. Assim, ninguém perderá nada, porque não pode perder mesmo! E acho que aqueles que, ao longo do tempo, tiveram conquistas não podem perdê-las, assim como não podem perder o plano de cargos e salários, que também foi outra conquista.

Agora, é preciso também pensar que o governo não pode resolver tudo em seis meses de governo. Ele assumiu ontem e em seis meses não dá para resolver tudo!

Estou há 29 anos na vida pública. Tenho responsabilidade e nunca falhei com o meu dever e com a minha obrigação, graças a Deus! Um dia, antes das últimas eleições, cheguei ao meu gabinete e encontrei os funcionários em festa. Perguntei o que estava acontecendo e eles me responderam que tinham olhado na *internet* a

minha ficha e visto que ela era limpinha. Essa é a obrigação de um parlamentar. Ele foi eleito para trabalhar, honrar e cuidar do dinheiro público. “Estou aqui porque é uma vantagem”. Não! Isso é uma obrigação! E se há aqueles que não têm esse compromisso, que a sociedade os julgue para que estejam aqui apenas aqueles que a representam melhor.

Por isso estamos aqui na luta. Nunca viramos as costas para setor nenhum nem vamos virar. Trabalhamos junto com o governo para achar uma solução.

Não participei, caro presidente, da reunião de líderes, quando se estava tratando desse assunto. Mas o eminente deputado líder do governo, que tem lutado dia e noite para buscar a solução da questão dos professores em Santa Catarina, participou. Às vezes, ele não é bem entendido, mas tem lutado. Sou obrigado a dizer isso, pois sou testemunha de que ele tem lutado e dedicado-se de corpo e alma para buscar uma solução para haver um bom andamento em todos os setores, pois essa é a nossa obrigação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço, com muita honra v.exa. que, com certeza, depois da reunião, deve ter alguma novidade. E é importante para nós e para todo estado de Santa Catarina ouvi-lo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, foi dado entrada no PLC, hoje, dentro daquele avanço que foi construído com o governador, no último domingo, e com o próprio Sinte.

Fizemos a reunião de líderes e, se houver consenso, deputada Ana Paula Lima, poderemos deliberar isso até quarta-feira, dentro do consenso. Porque agora o governo também está numa situação difícil, pois já não existe mais nenhuma medida provisória aqui, não existe lei. E se não houver lei, o governo não tem amparo jurídico sequer para rodar a folha de julho. E se a folha de julho for rodada, vai ser a folha de março.

Então, há necessidade de um consenso dos líderes e de todos os deputados para que, dentro daquele avanço que chega a R\$ 28 milhões já a partir de agosto, possamos deliberar esse PLC. Porque o impacto, deputado Reno Caramori, não será pequeno. A partir de janeiro será um valor de R\$ 38 milhões a mais na folha, dentro daquilo que foi conseguido. Mas também não podemos generalizar. Acho que devemos reconhecer o esforço de muitas lideranças do movimento, que queriam o fim da greve, dentro do avanço que foi conseguido e dentro daquilo que o governo pode conceder.

Acho que temos que ter cautela. Todos nós, independentemente de ser Situação ou Oposição, devemos tentar dentro desse encaminhamento e desse avanço, deputado Dirceu Dresch, deputada Ana Paula Lima e deputado Manoel Mota, deliberar essa matéria, para que os professores tenham, dentro desse avanço em R\$ 28 milhões, a folha de julho rodada. Esperamos que o governo tenha a oportunidade de rodar a folha e de continuar as negociações dentro daquilo que foi firmado pelo governador Raimundo Colombo.

Cumprimento v.exa. pelo seu pronunciamento e agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte e incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Gostaria de dizer que a grande preocupação é que, se não houver acordo entre os parlamentares para aprovarmos esse projeto, os professores vão passar a receber o que receberam no mês passado. Acho que isso não é interessante para ninguém, nem para os

professores nem para nós e muito menos para o governo.

Então, é importante que tenhamos uma visão mais ampla e que busquemos o resultado que a sociedade espera.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, usando o horário do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, venho à tribuna falar sobre vários assuntos.

O primeiro, deputado Neodi Saretta, é sobre a boa nova da nossa presidente Dilma Rousseff ao escolher uma catarinense para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal de Justiça, o desembargador Marco Aurélio Buzzi, que agora vai ser sabatinado pelo Senado, como já mencionou o deputado Dirceu Dresch, com o apoio da bancada estadual do Partido dos Trabalhadores. Devo mencionar também a nossa ministra Ideli Salvatti, o nosso ex-deputado Cláudio Vignatti, os deputados federais Décio Lima e Jorge Boeira e a deputada Luci Choinacki, que também fizeram um esforço sobre-humano na defesa desse catarinense para assumir essa vaga no STJ. Esta é uma boa notícia.

Há outros assuntos que me trazem à tribuna nesta manhã de quinta-feira, mencionando um pouco o que falava o deputado Manoel Mota no horário do PMDB. Há algumas coisas sobre as quais não concordamos, mas que aqui, democraticamente, também respeitamos.

Quero falar nas secretarias de Desenvolvimento Regional. Acredito que não foi aquele avanço esperado pelo povo catarinense, porque descentralizar o governo sem descentralizar o Orçamento não é descentralizar.

Por exemplo, ouvimos, hoje, a manifestação de vários deputados sobre problemas nas áreas da saúde, educação e infraestrutura em vários municípios no interior do estado de Santa Catarina. Outro problema, e que volto à tribuna para falar neste dia de hoje, é o da segurança pública.

Então, as coisas que o povo necessita mais próximo dele não foram descentralizadas. Foram descentralizados cargos comissionados nessas 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, o restante não foi resolvido. Se tivesse resolvido aqui no estado de Santa Catarina esse problema, não vinha prefeito a Florianópolis pedir dinheiro, não vinha vereador a Florianópolis pedir dinheiro, não vinham lideranças do interior do estado de Santa Catarina a Florianópolis pedir dinheiro, fora a briga entre secretários de estado na capital e secretários de desenvolvimento regional que, às vezes, não se entendem.

Por isso, acho que isso não resolveu. Defendo a descentralização de um governo, mas uma descentralização diferente, com descentralização, inclusive, de orçamento.

Dá vir falar em economia do estado na máquina pública... Pode ser que houve economia, sim, mas economia no salário dos professores, que ganham uma miséria; economia no salário dos policiais, que ganham outra miséria; economia no salário dos profissionais na área da saúde, que ganham muito pouco salário. Nisso pode ser que houve economia no governo. Agora, no restante, não!

Quero falar também que a pessoas estão ficando no município. A boa nova também é

essa para o Brasil, srs. deputados, pois há uns dez dias, ouvindo atentamente alguns jornais em âmbito nacional, escutei que se falava da boa nova do Brasil.

Há anos, deputados Elizeu Matos, Sargento Amauri Soares e Kennedy Nunes - e v. exa. esteve nos Estados Unidos -, o sonho de todo brasileiro era sair do Brasil para ir aos Estados Unidos trabalhar. Amigos meus e filhos de amigos queriam ir para os Estados Unidos trabalhar, fazer uma caixinha para mandar dinheiro para as pessoas. Inúmeros brasileiros foram para os Estados Unidos, para a Espanha e para outros países do nosso planeta. E a boa nova que ouvimos na semana passada foi que esses brasileiros estão retornando para o Brasil porque o nosso país está muito bem, com uma perspectiva de emprego ótima, com uma qualidade de vida boa. E o mais estranho ainda é que vemos agora americanos fazendo cursos de português porque querem trabalhar no Brasil. Essa é a diferença do governo do presidente Lula, do governo da presidente Dilma, senhores!

Então, se Santa Catarina está bem é porque o Brasil também está bem! Agora, ver americanos fazerem cursos de português para vir trabalhar no Brasil e ver a Espanha do jeito que está, ver a Grécia do jeito que está... E já mencionava o presidente Lula, deputado Dirceu Dresch, nosso líder, que a crise iria ser uma marolinha. E foi uma marolinha, sim, até para os incrédulos, e o Brasil está sendo reconhecido mundialmente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V. Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento em nome da nossa bancada no dia de hoje.

Estive, em novembro, no Susterstar, em Portugal, e posso falar sobre essa visão do mundo, hoje, com relação ao Brasil, como as pessoas o veem. É um país que vem com uma novidade de fato, e essas políticas que o governo do presidente Lula implantou no Brasil, de valorizar o salário dos trabalhadores e de investir em políticas sociais, criaram um novo consumidor.

Falei, na semana passada, nesta tribuna, deputada Ana Paula Lima, sobre como aumentou o consumo no Brasil. Basta pegarmos o exemplo do leite. Consumíamos 20 bilhões de litros de leite por ano, e em dez anos aumentamos o consumo para 30 bilhões de litros de leite. Então, isso fortalece toda a economia, fortalece os agricultores, que produzem na ponta, e dá condições para os consumidores poderem consumir.

Esta é uma questão que sempre debatemos no Brasil: o nosso país não terá futuro, se não resolvermos a questão da fome, da miséria e da renda dos trabalhadores, do salário mínimo. Porque sempre se dizia: "Se o salário aumentar R\$ 10,00, vai quebrar a Previdência". Foi comprovado que não é assim, e justamente essa é a grande novidade. Daí o processo de investimento em educação e a qualificação das pessoas é a grande perspectiva. O Brasil é um país que surge como uma grande novidade em nível de mundo, e não é por acaso que as empresas estão de olho aqui, querendo investir. E os próprios trabalhadores estão querendo vir para cá viver e melhorar a sua condição de vida.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Essa é a diferença entre governar para todos e governar para um segmento. O presidente Lula, nos oito anos do seu governo, falava que o Brasil é um país de todos. E a presidenta Dilma Rousseff, hoje, diz que um Brasil rico é aquele sem pobreza, é governar para todas as pessoas, é dar

condições de vida e qualidade de vida para todos. Essa é a diferença. Por isso é que estamos muito bem.

Eu gostaria que, em Santa Catarina, o governo do estado também verificasse os seus rumos. Falo isso porque - e não fui eu que falei, e até já respondi ao deputado Elizeu Mattos - o deputado Manoel Mota falou que o governador Raimundo Colombo está, nesses seis meses de governo, pegando realmente um problemão. Se o deputado Manoel Mota, que é do PMDB, e se os governos que passaram, e que foram do PMDB, dizem que Raimundo Colombo pegou um problemão, realmente há um problemão.

Aqui eu me atenho à greve dos professores. Há dois anos, deputado Sargento Amauri Soares, que os professores estão esperando o cumprimento do piso nacional do Magistério, pacientemente, senhoras e senhores e público catarinense. Há dois anos esperam uma ação do governo do estado, do ex-governador Luiz Henrique!

O governador Luiz Henrique entrou com uma ação na Justiça; os professores ganharam essa ação em abril deste ano e fizeram uma paralisação. Erro deste governo: não chamou à negociação, esperou os professores entrarem em greve, não fez proposta da incorporação do piso nacional do Magistério, tirou conquistas da categoria, como a regência de classe. E esperavam o quê? Esperavam que os professores atuassem de que forma, se não paralisando para ganhar o que é de direito deles, senhoras e senhores?

Então, ontem, os professores decidiram que a greve deverá continuar. É lógico que todos nós, parlamentares, deputado Elizeu Mattos, queremos a volta das crianças e dos professores à escola. Mas a greve não é responsabilidade nossa! A greve é responsabilidade do governo do estado! Essa é a diferença. E não é responsabilidade dos professores, porque eles esperaram durante dois anos para que uma sinalização do governo acontecesse.

Aí dizem aqui, deputado Darci de Matos, que o governador Raimundo Colombo agiu democraticamente. Em que área? Demitir professores é agir democraticamente? Descontar de forma ilegal os dias parados é agir democraticamente? Isso é democracia? Ontem, deputado Elizeu Mattos, o Tribunal de Justiça deliberou que o governador tem que pagar os dias parados. Isso foi um rastro de pólvora na assembleia dos professores. Então, isso não é agir democraticamente.

As MPVs n.s 188 e 189 foram enterradas neste Parlamento, e agora chegou nesta Casa o PLC que v. exa. mencionou. Acredito que temos que ouvir os professores e que vamos ter que fazer algumas emendas. Temos que discutir a situação, pois queremos que ela se resolva de uma vez por todas, porque os professores não podem também perder os direitos conquistados.

Então, srs. parlamentares e sras. parlamentares, dentro do horário do nosso partido, faço uma análise do que aconteceu durante esta semana neste Parlamento. Esperamos, de uma vez por todas, que essa situação seja resolvida. Mas temos que resolver muitas coisas neste governo para que todo o povo catarinense sinta-se satisfeito e que o ser humano esteja em primeiro lugar na segurança, na educação e na saúde. É este o nosso desejo!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Passaremos à Ordem do Dia.



A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s 0057/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, e 0245/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

A Presidência comunica também que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0014/2011; 0051/2011; 0119/2011; 0160/2011; 0163/2011; 0167/2011; 0182/2011; 0188/2011; 0194/2011; 0202/2011; 0204/2011; 0218/2011; 0240/2011; 0260/2011; 0265/2011; 0270/2011; 0275/2011, 0278/2011; 0290/2011; 0292/2011; 0301/2011 e 0303/2011, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0274/2011; 0282/2011; 0297/2011; 0305/2011; 0308/2011; 0322/2011; 0327/2011 e 0494/2010.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação de n. 0392/2011, de autoria do deputado Reno Caramori.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0889/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, e 0890/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de subscrever esses dois requerimentos, sr. presidente.

(Os autores aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a concordância da deputada Luciane Carminatti e do deputado Antônio Aguiar, a deputada Ana Paula Lima subscreve também esses requerimentos.

Esta Presidência defere ainda os Requerimentos n.s: 0892/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0893/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0894/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0895/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento n. 0887/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que solicita o envio de mensagem ao ministro dos Transportes e ao superintendente do DNIT, pedindo cópia dos contratos de manutenção das rodovias BR-158 e BR-282, referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0888/2011, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem ao ministro da Pesca e Aquicultura e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo o apoio no sentido de destinar recursos ao Sindpesca para aquisição de barco de resgate.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0891/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem ao ministro da Educação, ao reitor do Instituto Federal Catarinense e ao diretor do Instituto Federal Catarinense - *Campus* de Concórdia, pedindo a expansão da unidade desse instituto para o município de Capinzal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0090/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Administração, solicitando informações sobre os servidores públicos efetivos oriundos de outras secretarias, autarquias, fundações e empresas públicas que passaram a fazer parte dos quadros das secretarias da Fazenda, da Administração ou da Procuradoria-Geral do Estado no período de 2003 até 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da matéria constante na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, gostaríamos de abordar três assuntos nesta manhã. O primeiro deles diz respeito a uma solicitação que encaminhamos ao governo do estado de Santa Catarina e ao secretário da Saúde para a realização de exames oftalmológicas em todos os recém-nascidos, na identificação de patologias que podem levar à cegueira.

Já existe uma lei estadual exigindo a elaboração desse exame em alguns estados, inclusive é o caso do Rio Grande do Sul, que tem uma lei estadual prevendo esse exame. Trata-se de um exame simples e de rápida execução, chamado exame do Reflexo Vermelho, que pode ser realizado ainda na sala de parto, detectando vários problemas de visão em bebês, evitando complicações que levem à cegueira.

Até propomos que fosse encaminhado um projeto de lei nesse sentido. E sei que haveria discussão sobre a constitucionalidade em vista de ser uma matéria que deve ser de origem do Executivo. Mas tomamos, então, essa discussão mais prática, no momento, e mais objetiva encaminhando via indicação ao governo do estado e ao secretário da Saúde para que adotem providências quanto à obrigatoriedade do exame chamado Reflexo Vermelho em Santa Catarina.

Com isso poderemos identificar patologias que podem levar à cegueira.

(Passa a ler.)

“[...]”

- a grande importância do exame é a detecção precoce de doenças que podem ser tratadas antes do seu agravamento, como no caso da catarata congênita, retinoblastoma, doença de coats, glaucoma, retinopatia de prematuridade, toxoplasmose, coloboma, toxocaríase, persistência hiperplástica do vítreo primitivo, hemorragia vítrea, uveíte, altas ametropias e medulo epiteliomas;

- a falta de exames do gênero nos recém-nascidos resulta em que mais de 50% (cinquenta por cento) das crianças só tem o problema de visão detectado quando se encontra em estágio definitivo, parcial ou completo; [...]”[sic]

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, essa proposição visa à prevenção, visa detectar, ainda na sala de parto, um eventual problema que a criança possa ter relacionado à cegueira. E esperamos que sejam tomadas providências para que Santa Catarina providencie a realização em todos os recém-nascidos desse exame.

O segundo assunto, sr. presidente, trata-se da reunião que tivemos, ontem, no âmbito da comissão de Turismo e Meio Ambiente, a qual temos a satisfação de presidir. Tivemos essa reunião com os representantes da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável. E o objeto dessa reunião, em que o secretário se fez representar, era para debatermos o programa estadual de pagamentos de serviços ambientais. Debatermos esse assunto e recebermos informações a respeito de como está o andamento dessa questão, já que desde 2009 a Lei n. 14.675, que instituiu o Código do Meio Ambiente, estabeleceu o pagamento por serviços ambientais. Posteriormente, em janeiro de 2010, foi sancionada a Lei n. 15.133, que instituiu a política estadual de serviços ambientais e regulamentou o Programa Estadual de Pagamentos de Serviços Ambientais. Embora, essa lei seja ainda de janeiro de 2010, até o presente momento, ainda, não está acontecendo o pagamento de serviços ambientais em Santa Catarina.

Segundo foi falado ontem, está pronto o regulamento final que o governador assinará para então, depois, tomarmos outras providências para o lançamento dos primeiros editais.

Isso é importante, e manifestamos, ontem, que isso exige pressa, que a sociedade catarinense tem pressa. Há uma grande exclusão nesse campo, e é preciso preservar o meio ambiente, mas dar condições para que as pessoas preservem e incentivem isso com o pagamento dos serviços ambientais, que é uma luta antiga e que precisa de rapidez e de agilidade.

Portanto, foi muito importante essa reunião de ontem que tratamos sobre esse assunto e lembramos que o pagamento de serviços ambientais, conforme o próprio Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - Pepsa -, distribuído pela secretaria de estado, é um incentivo positivo àqueles que colaboram com a preservação desses serviços. Essa retribuição pode ser feita em espécie ou qualquer outra recompensa dirigida a proprietários ou não proprietários, no caso de posseiros, de área que contém ecossistemas que gerem esses serviços ambientais.

A proposta do governo é pelo pagamento ao equivalente a 30 sacas de milho por hectare preservado para quem se enquadrar na classe 1, chamado de 100% do recurso; quem ficar na classe 2 será 50%; e quem se enquadrar ao projeto na classe 3 será 20% do recurso.

Portanto, julgamos importante fazer essa explanação sobre o fruto da reunião que fizemos na comissão de Turismo e Meio Ambiente

e, mas mais uma vez, reiterar o pagamento dos serviços ambientais e também a necessidade de que isso seja feito o mais rápido possível.

Por último, sr. presidente, também quero me somar a outras manifestações já feitas sobre um requerimento deferido por v. exa. quanto à indicação do novo ministro do STJ, dr. Marco Aurélio de Buzzi, que atuou em diversas comarcas em Santa Catarina, inclusive em Concórdia, foi professor da Unoesc e tivemos convivência com ele. Sabemos de sua competência, da sua capacidade social para julgar com sensibilidade social as questões que irão ao STJ.

Defendo que muitas pessoas podem ser indicadas para esse cargo, para julgar e analisar a lei, mas é preciso mais do que saber julgar a lei, já que se pressupõe que qualquer um dos juizes indicados tenha essa capacidade, que sejam juizes, ministros e que tenham a sensibilidade social para verificar o cumprimento da lei sob a ótica da transformação, da inovação.

O dr. Marco Aurélio Buzzi foi um dos coordenadores dos mutirões que trouxeram a Justiça para mais perto da sociedade catarinense e brasileira, por isso, com certeza, vai assumir como ministro do STJ e orgulhar Santa Catarina, mas muito mais o Poder Judiciário catarinense e brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Neodi Saretta.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, povo que nos acompanha pela TVAL.

Quero fazer uma saudação especial ao suplente de deputado Daniel Tozzo, presente no plenário e que deve assumir uma cadeira nesta Casa durante a licença do deputado Marcos Vieira. Daniel Tozzo é de Chapecó, é uma grande liderança e com certeza ao vir para esta Casa engrandecerá o trabalho deste Parlamento. Inclusive, o delegado de Polícia de Cordilheira Alta, Romeu Schindwein, ligou-me hoje dizendo que aquela comunidade está muito feliz com a posse do suplente Daniel Tozzo.

Quero também reforçar o empenho do prefeito José Cláudio Caramori, de Chapecó, na melhoria da segurança pública no município. À época em que estivemos à frente da Delegacia-Geral de Polícia procuramos fazer alguns avanços e criamos a delegacia de polícia do bairro Efapi. Inclusive, Chapecó foi um dos municípios que mais receberam policiais civis na época.

É claro que os guardas municipais ajudam e que cada ação feita para melhorar a segurança pública é muito importante. Estamos vendo em Balneário Camboriú o crescimento da Guarda Municipal. É um segmento importante da segurança, que não tem poder policial, mas que para a guarda dos bens públicos, dos espaços públicos, é muito importante. Os municípios de Chapecó, Tubarão, Rio do Sul e Balneário Camboriú têm sido apoiados. A própria Guarda Municipal de Florianópolis tem uma visibilidade muito grande, o que inibe a criminalidade, e realiza várias ações em defesa da segurança do patrimônio público.

Também quero registrar a presença de vereadores de Canoinhas, que estão preocupados com várias questões relacionadas ao seu município e ao planalto norte catarinense. Um dos pedidos que fazem é a implantação de câmeras de monitoramento para melhorar a segurança na região. Se o estado tem dificuldade na contratação de pessoal em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função do limite prudencial que deve ser

observado, com certeza equipamentos como as câmeras de segurança ajudam muito na redução e no combate à criminalidade.

Sr. presidente, temos acompanhado pela imprensa a movimentação de entidades de alguns municípios com vistas à redução ou, pelo menos, ao não aumento do número de vereadores. Fui vereador por oito anos e tive a oportunidade de ser presidente da Câmara Municipal. Por isso entendo que a pretensão dessas entidades é uma ameaça à democracia. O que deve ser reduzido é o percentual orçamentário destinado às Câmaras de Vereadores. O valor que é destinado às Câmaras Municipais acaba sendo totalmente gasto, dificilmente é devolvido ao Executivo.

Então, se reduzirmos o repasse orçamentário e aumentamos a representatividade teremos a melhoria da democracia, porque quanto menor o número de vereadores mais fácil de o Executivo obter a maioria. Assim, temos que controlar os gastos, limitá-los e não diminuir o número de vereadores, porque sejam dez ou 20 parlamentares...

Por isso entendo que as Câmaras de Vereadores que ainda estão analisando essa questão têm que ter coragem, aprovar um número de vereadores que possa dar efetiva representatividade à comunidade e passar a controlar melhor o valor da verba destinada aos gastos.

Como ex-presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina, como ex-vereador por oito anos, entendo que a participação popular na Câmara de Vereadores é essencial para a democracia.

Neste momento quero fazer coro com os demais deputados que homenagearam o novo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, pessoa de um conhecimento jurídico formidável, que sempre trabalhou de uma forma humanitária.

O dr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi foi meu colega de faculdade; somos da turma que se formou em Direito em 1980, na Fepevi, hoje Univali de Itajaí. Ele foi presidente do Diretório Acadêmico Desembargador Henrique da Silva Fontes, de 1978 a 1979, e teve a honra de sucedê-lo de 1979 a 1980.

Por isso, quero parabenizar o dr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, esse grande jurista, grande catarinense, que com certeza vai orgulhar o nosso estado naquela alta corte de justiça do nosso país.

Temos que torcer, vibrar pelos catarinenses que ocupam posição de destaque, e falando nisso, deputado Neodi Saretta, li as notícias sobre o ex-deputado Cláudio Vignatti, e como amigo, como catarinense e como oestino torço para que ele permaneça numa posição de destaque no governo da presidente Dilma Rousseff, pois, afinal de contas, é mais um catarinense em Brasília lutando pelo nosso estado.

Preparei alguns assuntos para tratar desta tribuna no dia de hoje, mas farei isso na próxima terça-feira, quando abordarei questões relativas ao Consema - Conselho Estadual do Meio Ambiente -, à Defensoria Pública e ao ministério dos Transportes, já que vemos a China construir uma ponte de 42km em quatro anos, ao passo que no Brasil vemos tanta dificuldade, tanta corrupção e tanta tristeza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, pegando um gancho no pronunciamento do deputado Maurício Eskudlark, quero dizer que dias atrás fiz um cálculo e percebi que quem causa inflação neste país são

as obras públicas, porque seu valor, em cinco ou seis anos, quadruplicou. Fiz o cálculo, deputado Kennedy Nunes, baseado na ponte da Cabeçuda, em Laguna, uma vez que se a empresa que vai construí-la fizesse também a tal ponte da China, de 42km, com certeza em vez de custar, deputado Valmir Comin, R\$ 3,5 bilhões, custaria R\$ 22 bilhões! Poderíamos mandar esse pessoal que está querendo construir a ponte da Cabeçuda, em Laguna, para a China e trazer os chineses para a BR-101, talvez assim conseguíssemos obras mais baratas e mais rápidas.

Mas o tema que vou discutir refere-se à Educação, mais precisamente à greve dos professores, cujo encaminhamento, deputado Neodi Saretta, deixou-me muito triste.

Achei, deputado Kennedy Nunes, que teríamos um encaminhamento diferente. Torcemos muito por isso. Todos estávamos torcendo pela volta dos professores e alunos às aulas, visando à normalização do ano letivo. Assim, fui pego de surpresa quando o encontro dos mestres na passarela Nego Quirido, em Florianópolis, não avalizou o que fora decidido pelas assembleias regionais. Pensei que o encontro na capital convalidaria as assembleias realizadas pelo interior do estado, onde a maioria decidiu pela volta às aulas.

Na verdade, deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, há algumas coisas que não estão chegando redondas lá na ponte. Deputado Kennedy Nunes, dentro do Sinte há gente falando a verdade, mas há também pessoas invertendo as coisas e pregando o pior. Resumindo, há pessoas no Sinte que mesmo que o governador desses 150% de aumento não aceitariam, porque acham que quanto pior melhor.

De qualquer forma, tenho que reconhecer o esforço da presidente do Sinte, que sempre quis negociar. Eu mesmo a recebi várias vezes e tenho certeza de que ela reconhece o esforço do governador Raimundo Colombo em atender à categoria. Quando se diz que o governo radicalizou, não é verdade. Muito pelo contrário, no início o dispêndio era de R\$ 13 milhões, com a nova proposta subiu para R\$ 21 milhões e agora chegou a R\$ 28 milhões, que é o que está previsto no PLC que deu entrada nesta Casa no dia de hoje.

Estou de posse de uma planilha feita pelo Sinte e pela CUT do que vai significar esse PLC que deu entrada na Casa. A partir de janeiro, os professores das séries iniciais terão um vencimento inicial, mais a gratificação de carreira, de R\$ 1.911,00; os profissionais que atuam nas séries finais receberão R\$ 2.252,00; e no final de carreira os profissionais com doutorado receberão R\$ 3.792,00.

Vou pegar um intermediário, de um professor com formação de nível superior, que atua nos anos finais: a partir de janeiro sua remuneração será de R\$ 2.618,00; o profissional com mestrado receberá R\$ 3.521,00 e aquele que tem doutorado, R\$ 3.792,00.

Essa tabela, srs. deputados, não foi feita pelo governo, mas pela CUT e pelo próprio Sinte. Depois vou até distribuí-la aos srs. deputados, para que possam mostrar, quando indagados nas ruas, que aquilo que está sendo apresentado aqui é um projeto que vai atender à boa parte das reivindicações do Magistério.

Faço um apelo aos deputados no sentido do consenso, no sentido da cautela na próxima semana, deputado Neodi Saretta, quando da deliberação desse projeto, porque não há mais nenhuma medida provisória sobre o Magistério tramitando nesta Casa, uma vez que tanto a MPV n. 188 quanto a MPV n. 189 foram rejeitadas e arquivadas.

Assim, dentro de um acordo e num esforço concentrado, na próxima terça-feira ou

quarta-feira, devemos deliberar o PLC referente às concessões salariais aos professores. É preciso que isso ocorra a fim de que o governo do estado possa rodar a folha do mês de julho com aquilo que foi acertado no último domingo, caso contrário o governo não terá outro meio, deputado Kennedy Nunes, a não ser rodar a folha com os valores de março, posto que não teria amparo legal para fazer de outro modo.

Não estamos aqui para culpar ninguém, mas achamos que tem que haver bom senso e cautela. Como líder do governo, solicito bom senso e cautela, para que possamos, na semana que vem, construir se não o ideal, mas pelo menos aquilo que está dentro das possibilidades do Tesouro do estado. O governo poderia ter agido diferente quando esta Casa não aceitou as MPVs n.ºs 188 e 189, mas resolveu encaminhar um projeto de lei complementar concedendo mais avanços, o que mostra que o governo não radicalizou.

Então, isso mostra que o governo está agindo com sensatez, que o governo quer resolver, que o governo quer que os professores voltem às salas de aula. Isso mostra também a maturidade do governador Raimundo Colombo, que mesmo ameaçado de prisão por algumas pessoas enviou uma nova proposta a esta Casa, através de um PLC.

Se Deus quiser, na semana que vem, com cautela e com bom senso, aprovaremos esse PLC, e a folha de julho será rodada com os avanços alcançados por meio da negociação entre o governo e o Sinte, no último domingo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE(Deputado Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Elizeu de Mattos.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de prestar contas, pois no dia de ontem tivemos a oportunidade de estar em Brasília, justamente num dia muito conturbado, quando aconteceu o anúncio da demissão do ministro Nascimento, o ministro dos Transportes.

E tivemos uma pauta no ministério das Cidades, com o Mário Negromonte, e com o secretário nacional Leodegar Tiscoski, também acompanhados do deputado federal João Pizzolatti, até pela preocupação com o plano de saneamento básico do estado de Santa Catarina, do qual participa, encabeçando o chapéu a Casan, cujos prazos terminam no dia 15 de julho próximo.

Então, há essa uma preocupação, porque se trata de uma monta significativa de recursos do governo federal, e o que se precisa são projetos bem encaminhados, bem estruturados, bem formatados.

Por isso, estivemos lá ontem. Há inclusive o prestígio de municípios com menos de 50 mil habitantes, o que o PAC não cobria. Foi uma missão extremamente positiva, com perspectivas reais, e a Casan vai apresentar, já nos próximos dias, e encaminhar ao governo federal, um plano de ação de uma monta de aproximadamente R\$ 400 milhões em prol do saneamento das cidades catarinenses.

Estive também com o deputado federal Edinho Bez de Oliveira, que é presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, para estender essa parceria da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, desta Casa, do Congresso Nacional e do Fórum Parlamentar Catarinense, para as ações integradas que estamos proporcionando. Já tivemos a oportunidade de fazer várias audiências públicas, tanto nesta Casa quanto no Congresso Nacional. Originou-se então um acordo por parte do DNIT, com a apresentação de dois relatórios que foram demonstrados nesta Casa, com a participação efetiva da Fiesc, fazendo o contraponto na fiscalização independente, através de relatório coordenado pelo presidente Alcântaro Corrêa e o engenheiro responsável, Ricardo Saporiti.

A nossa preocupação é em função de que tínhamos agendado a vinda do Luiz Antônio Pagot no dia 1 de agosto, após o recesso, para prestar esclarecimentos com relação ao terceiro relatório da execução do trecho sul da duplicação da BR-101. Entretanto, fomos surpreendidos pelo fato da sua demissão e também do chefe de gabinete do ministro.

Já corriam nos bastidores ontem, ainda pela manhã, rumores muito fortes de que o ministro cairia, que não passaria da tarde de ontem, pelo simples fato de que a presidente demitiu, exonerou, o chefe de gabinete e o diretor sem que o ministro soubesse. Então, já estava caracterizado que a cabeça do ministro estaria a prêmio.

Também havia rumores fortes de que vai estar à frente da pasta o ex-governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, que é uma pessoa que demonstra, pela sua experiência, ser um grande gestor. Esperamos que realmente venha com afinco e com o propósito de realmente fazer acontecer tudo aquilo que está previsto no plano de governo da presidente Dilma, já iniciado no governo Lula.

Interinamente está no comando o diretor-executivo do DNIT. Há dez minutos, o presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, em uma audiência com o diretor-executivo, que está interinamente nessa pasta, e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, agendaram para a próxima semana uma reunião para fazer a readequação e o remanejamento dos recursos do orçamento para garantir a continuidade da implementação da duplicação do trecho sul da BR-101.

Está mantida a vinda do diretor do DNIT, não mais o Luiz Antônio Pagot. Vai mudar o titular, mas a pasta continua, e a audiência nesta Casa também continua marcada para o dia 1 de agosto, após o recesso, às 9h da manhã, para que possamos dar andamento e prosseguimento a todo trabalho que vem sendo feito e com a apresentação do terceiro relatório da execução da duplicação do trecho sul da BR-101.

Também gostaria, sra. presidente, de mencionar, através desta tribuna, o desfecho com relação à questão da indenização das propriedades da comunidade de Areia Branca, no município de Timbê do Sul, onde houve um compromisso do governador do estado, Raimundo Colombo, de promover junto à Casan um cronograma para o pagamento da efetiva desapropriação desses moradores, num total de R\$ 13 milhões.

Em princípio, o governo colocou que se faria o parcelamento em 15 meses, mas não concordamos com esse prazo. Penso que

precisamos tratá-los com respeito e com dignidade. Essa comunidade já, há mais de 30 anos, vem num impasse sem precedentes na história, sem poder exercer sua atividade no meio rural, na sua terra, sem poder produzir, sem poder buscar qualquer tipo de linha de fomento, de financiamento para uma produção agrícola ou industrial. Em função desse impasse, o governo não toma posição, e os moradores ficam nessa pendência.

Penso que uma proposta mais concreta e admissível seria que se pudesse traçar o planejamento de um cronograma de pagamento desses R\$ 13 milhões até o final do ano de 2011. Com isso certamente estaríamos garantindo os R\$ 65 milhões a fundo perdido, por parte do governo federal, já consignado no PAC, para a execução dessa obra tão esperada, tão sonhada por várias lideranças daquela região, além de contemplar o abastecimento de água à população, à rizicultura, à rizipiscicultura e regularizar a vazão das águas em épocas de cheias e de estiagem. Isso vai dar, com certeza, um incremento significativo ao potencial turístico que a natureza nos concedeu naquela região.

Por isso é um investimento de caráter macro que vem promover uma grande e verdadeira inclusão social, porque vai garantir um fomento maior da nossa agricultura, do desenvolvimento da região e do abastecimento de água para aquela população.

Em conversa que mantive há poucos minutos com o presidente da Casan, soube que estará com o governador no dia de amanhã, reiterando também a sua posição, o que já colocou ao vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, com o propósito de que possamos traçar um cronograma, no final de 2011, para que efetivamente, de uma vez por todas, tenhamos esse problema solucionado para o bem do sul de Santa Catarina.

Quero reiterar o convite para uma reunião no próximo dia 14, às 18h, na comissão desta Casa, para formar a Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Catarinense e Gaúcho. Aliás, já tivemos a concretização da frente parlamentar gaúcha. No Rio Grande do Sul, o deputado do Partido dos Trabalhadores, Valdeci de Oliveira, é o presidente.

Apresentamos um requerimento, nesta Casa, que foi aprovado por unanimidade. Então, por proposição deste deputado, no dia 14, às 18h, estaremos constituindo essa frente, numa ação conjunta do governador Tarso Genro e do governador Raimundo Colombo, com as bancadas federais e estaduais dos dois estados, e iremos à presidente Dilma Rousseff para promover uma ação política e pressionar o governo no sentido de permitir a geração de energia a partir do carvão nos leilões A-5 da Eletrobras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# A T O S D A M E S A

## A T O S D A M E S A

### ATO DA MESA Nº 252, de 13 de julho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

**NOMEAR ALENCAR PEDRO TIEPO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de TV, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 253, de 13 de julho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **JULIANA ELENA BASSETTI**, matrícula nº 6324, da função de Chefe da Seção de Jornalismo, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de julho de 2011 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 254, de 13 de julho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **DIEGO VIEIRA DE SOUZA**, matrícula nº 6302, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a Chefia da Seção de Jornalismo, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de julho de 2011 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 255, de 13 de julho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **JANIO MENDONÇA**, matrícula nº 1258, da função em Comissão Legal de Avaliação de Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de julho de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 256, de 13 de julho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **ROSANA BRASCA CAJUELLA**, matrícula nº 2020, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função em Comissão Legal de Avaliação de Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de julho de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 257, de 13 de julho de 2011

Altera o Anexo I do Ato da Mesa nº 372, de 07 de dezembro de 2009.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no art. 63, parágrafo único, do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O Anexo I do Ato da Mesa nº 372, de 07 de dezembro de 2009, passa a vigorar de conformidade como Anexo Único deste Ato.

**Art. 2º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

### ANEXO ÚNICO

(ALTERA O ANEXO I DO ATO DA MESA Nº 372, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009)

Identificação dos Avaliadores e Avaliados

AVALIADO	AVALIADORES	
	CHEFE IMEDIATO	CHEFE MEDIATO
Diretor Geral	Presidente da ALESC	-
Procurador Geral	Presidente da ALESC	-
Procurador/Consultor Especial	Procurador Geral	Presidente da ALESC
Diretor	Diretor Geral	Presidente da ALESC
Chefe da Consultoria Legislativa	Presidente da ALESC	-
Coordenador de Eventos, Coordenador da Biblioteca e Secretário Geral	Chefe de Gabinete da Presidência	Presidente da ALESC
Coordenador da Escola do Legislativo	Presidente da Escola do Legislativo	Chefe de Gabinete da Presidência
Demais Coordenadores	Diretor da área	Diretor Geral
Gerente	Coordenador da área	Diretor da área
Servidor titular de cargo efetivo lotado em Gabinete	Servidor responsável pelo Gabinete Parlamentar	Deputado
Servidor titular de cargo efetivo lotado na Diretoria Geral	Diretor Geral	Presidente da ALESC
Servidor titular de cargo efetivo lotado em Diretoria	Diretor da área	Diretor Geral
Servidor titular de cargo efetivo lotado em Gerência	Gerente da área	Coordenador da área
Servidor titular de cargo efetivo lotado na Consultoria Legislativa	Chefe da Consultoria Legislativa	Presidente da ALESC
Demais servidores titulares de cargo efetivo	Coordenador da área	Diretor da área

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente  
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

#### ATA DA 1793ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às dez horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1793ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, que deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0184/2011 de 26/06/2011, Ofício nº 759/2011 de 27/06/2011, Mandado de Segurança nº 2011.0383276 - Impetrante: Augusto José Alvetti e Interessada: ALESC. 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, parecer aprovado por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 260/2011 - 05/07/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão que tem por objetivo a aquisição de café Gourmet". 3) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 1035/11, de Guido Wiggers Junior; Processo nº 1036/11, de Ivan Althoff de Medeiros e Processo nº 1037/11, de Isabella de Araujo Brande Flores. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia treze (13) de julho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 11 de Julho de 2011.

\*\*\* X X X \*\*\*

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente  
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

#### ATA DA 1794ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1794ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 1025/11, de Gustavo Corrêa Maria; Processo nº 1038/11, de João Machado Pacheco Neto e Processo nº 1093/11, de Mônica Machado Meyer. 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 1027/11, de Odair José Demarco; Processo nº 1030/11, de Marcos Alessandro Fialho e Processo nº 1031/11, de Terezinha Medeiros. 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, pareceres aprovados por unanimidade ao Processo nº 0977/11, de Amilcare José Zappellini e a Consulta - Ofício/DL/CD/Nº 032/2011 - 06/07/2011, Interessada: Coordenadoria de Documentação "Documentos solicitados por Adonir Mário Trentini - CPI da CASAN - RQS/0012.2/2003". 4) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 1032/11, de Vilson Vieira; Processo nº 1033/11, de Julia da Silva Milis Syracuse; Processo nº 1034/11, de Ângela Aparecida Bez; Consulta - Ofício CL nº 258/2011 - 05/07/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato e o Termo de Inexigibilidade que se referem à aquisição de quota de participação, ingressos e stand no Congresso Educasul 2011 - através da Empresa Capacitar Eventos Educativos Ltda.", e retirado de pauta pela relatora a Consulta - Ofício CL nº 261/2011 - 07/07/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2008-00, celebrado com Empresa TOP PARK Estacionamento Ltda.". A relatora deu conhecimento do parecer exarado no MEMO nº 0167/2011 de 27/06/2011 - Ofício nº 740/2011 de 22/06/2011 - Mandado de Segurança nº 2011.044488-0, Impetrante: Luiz Henrique Belloni Faria, Interessada: ALESC. 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, Consulta - Ofício CL nº 254/2011 - 30/06/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato e o Termo de Inexigibilidade - aquisição de quota de participação, espaço físico e stand junto ao Complexo Multiuso do Expo Concórdia 2011", parecer aprovado por unanimidade e a Consulta - Ofício CL nº 257/2011 - 1ª/07/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato e o Termo de Inexigibilidade - aquisição de quota de 600 (seiscentas) mini

esculturas da Ponte Hercílio Luz, do autor Sérgio Airan Canale, e 100 (cem) mini esculturas da peça "Violinista", retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi. 6) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, parecer aprovado por unanimidade ao Ofício nº 087/2011/CMCP de 11/05/2011, Interessado: Marcos Fabiano Boffart - Presidente da Câmara de Vereadores de Correia Pinto/SC "solicita certidão contendo os subsídios mensais recebido pelos Deputados Estaduais de SC, a partir do exercício de 2011". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dezoito (18) de julho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 13 de Julho de 2011.

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 17ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 05 DE JULHO DE 2011.

Às nove horas do dia cinco de julho do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, José Nei Alberton Ascari, Maurício Eskudlark, Volnei Morastoni, Elizeu Mattos, Joares Ponticelli, Dirceu Dresch, Jorge Teixeira substituindo Luiz Eduardo Cherem. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 16ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Elizeu Mattos** relatou a Medida Provisória de nº 0189/2011, exarou parecer contrário, que colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0245.9/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e Projeto de Lei de nº 0312./2009 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0220.0/2011, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos; o Projeto de Lei de nº 0110.6/2011 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0135.4/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei de nº 0057.7/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de 0235.7/2011 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Maurício Eskudlark** relatou os Projetos de Lei de nºs 0207.3/2011 e 0211.0/2011, exarou pareceres favoráveis, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos de Lei de nºs 0224.4/2011; 0225.5/2011 0355.3/2010; 0230.2/2010; 0239.0/2011, 0229.9/2011 e 0206.2/2011 e 0227.7/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0247.0/2011 exarou pareceres pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e a Mensagem de Veto de nº 0136/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Ao final foi aprovado Requerimento para realização de **Audiência Pública**, para debater o Projeto de Emenda Constitucional nº 0007.5/2011 e Projeto de Lei de nº 236.8/2011 a ser realizada no mês de agosto, em horário a ser definido. Agendada reunião extraordinária para o próximo dia doze do corrente mês, às 14h00. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 05 de julho de 2011.

**Deputado Romildo Titon**  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia seis de julho de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Mattos, Elizeu Mattos, substituindo o Deputado Aldo Schneider, Manoel Mota, Luciane Carminatti, Neodi Saretta, Silvio Dreveck, Marcos Vieira e Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 16ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0009.0/2011, que dispõe sobre a isenção ao deficiente físico do pagamento de taxas de inscrição a concursos públicos e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou também o PL./0015.3/2011, que altera a Lei Complementar nº 446 de 2009, que institui a Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração - ENA Brasil, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0210.9/2011, que autoriza a doação de imóveis no Município de Chapecó, para a regularização da ocupação, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o PL./0214.2/2011, que autoriza a aquisição de imóvel no município de São Carlos, com o objetivo da construção do pelotão da Polícia Militar, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o PL./0209.5/2011, que autoriza a concessão de uso remunerado de imóvel no município de Florianópolis, para a exploração de serviços no camping do Rio Vermelho, seu parecer foi pela aprovação do projeto, posto em discussão, foi solicitado vista em gabinete pelo Deputado Marcos Vieira. **Deputado Amauri Soares** relatou o PL./0213.1/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Água Doce para a construção do Quartel da Polícia Militar, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **Deputado Amauri Soares** relatou o PL./0215.3/2011, que autoriza a cessão de uso do imóvel no município de Porto União, com o objetivo de auxílio a Educação de Jovens e Adultos, seu parecer foi pela aprovação do projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **Deputado Amauri Soares** relatou o PL./0146.7/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Tijucas, para desenvolvimento de projetos sociais, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o PL./0265.2/2011, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.330 de 2008, que institui o programa estadual de tratamento e reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal, animal e de uso culinário, seu parecer foi pela aprovação do projeto, posto em discussão, foi solicitado vista em gabinete pelo Deputado Darci de Matos. **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0244.8/2011, que altera de Lei nº 15.432 de 2010, que aprova a revisão do plano plurianual para o ano de 2011 e adota outras providências, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0017.5/2011, que altera a Lei Complementar nº 313 de 2005, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão, foi solicitado vista em gabinete à todos os Deputados membros da Comissão. Sendo assim, o projeto será posto em discussão na reunião extraordinária que acontecerá no dia onze de julho às 17:00 horas. **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0179.5/2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, que altera as Leis números 3.938 de 1966; 5.983 de 1981; 7.541 de 1988; 7.543 de 1988; 10.297 de 1996; 13.342 de 2005; 13.992 de 2007 e 14.967 de 2009 e estabelece outras providências. Seu parecer foi pela aprovação do projeto, posto em discussão foi solicitado vista em gabinete à todos os Deputados membros da Comissão. O projeto também será posto em discussão na reunião extraordinária que acontecerá no dia onze de julho às 17:00 horas. Ato contínuo, o **Deputado Presidente Gilmar Knaesel** relatou o PL./0140.1/2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2012 e adota outras providências, distribuindo cópias do seu parecer conclusivo aos Senhores Deputados membros para ser discutido na reunião extraordinária. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, seis de julho de dois mil e onze.

**Deputado GILMAR KNAESEL**

**Presidente da Comissão de Finanças e Tributação**

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às dezessete horas do dia onze de julho de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Mattos, Aldo Schneider, Manoel Mota, Luciane Carminatti, Neodi Saretta, Silvio Dreveck, Marcos Vieira e Sargento Amauri Soares. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0017.5/2011, que altera a Lei Complementar nº 313 de 2005, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão, a Deputada Luciane Carminatti, apresentou emenda supressiva a emenda dois, porém o Deputado Marcos Vieira relator do projeto manteve-se com o voto do projeto original, sendo assim posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0179.5/2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, que altera as Leis números 3.938 de 1966; 5.983 de 1981; 7.541 de 1988; 7.543 de 1988; 10.297 de 1996; 13.342 de 2005; 13.992 de 2007 e 14.967 de 2009 e estabelece outras providências. Posto em discussão, o relator do projeto o Deputado Marcos Vieira solicitou a aprovação do projeto com emenda substitutiva global e a sub-emenda aditiva, posto em votação foi aprovado por maioria. Ato contínuo, o **Deputado Presidente Gilmar Knaesel** relatou o PL./0140.1/2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2012 e adota outras providências, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Presidente Gilmar Knaesel** relatou o PL./0021.1/2011 que cria cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O **Deputado Presidente Gilmar Knaesel** ainda relatou o PL./0022.2/2011 que altera os anexos V-B e VII-C da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, e adota outras providências. Posto em discussão o Deputado Aldo Schneider havia solicitado vista em gabinete e seu parecer fosse pela inclusão de uma emenda modificativa, onde foi acatado pelo relator do projeto, posto em votação foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, onze de julho de dois mil e onze.

**Deputado GILMAR KNAESEL**

**Presidente da Comissão de Finanças e Tributação**

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS**

**OFÍCIO Nº 387/11**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FEDERAÇÃO CATARINENSE DE BOMBEIROS  
ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS**

**CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO**

Ofício nº 012/2010

Correia Pinto, 29 de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor

**GELSON MERISIO**

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
**FLORIANÓPOLIS**

Prezados Senhores,

Vimos por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria, alteração da Lei nº 12.804, de 16 de dezembro de 2003, Publicação Diário Oficial nº 17.301, Declara de utilidade Pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Comunitário de Correia Pinto, para Associação de Bombeiros Comunitário de Correia Pinto, conforme Estatuto e 1ª Alteração do Estatuto em anexo.

Sem mais para o momento, colho da oportunidade para renovar protesto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

ALEX SANDRO DA LUIZ

Presidente da Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Correia Pinto

Lido no Expediente

Sessão de 12/07/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 388/11****Associação Terapêutica Novo Amanhecer - ATENA**

Ofício nº 137/11

Mafra, 28 de junho de 2011.

**À  
CÂMARA DE DEPUTADOS ESTADUAIS**

Com os cordiais cumprimentos servimo-nos do presente para solicitar o uso da tribuna desta casa de leis, para fazermos o demonstrativo de prestação de contas de nossa entidade relativas ao ano de 2010. Segue em anexo o balancete para sua apreciação.

Somos uma instituição de assistência à saúde e possuímos um programa psicossocial de Comunidade Terapêutica, com duração de no mínimo 06 (seis) meses para o sexo masculino.

Sendo o que havia para o momento, aproveitamos a oportunidade para externar nossos sinceros protestos de estima e consideração, e convidamos a conhecer nossa entidade.

Atenciosamente

Anete de Fátima Woehl  
Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 389/11****INSTITUTO JOSÉ PASCHOAL BAGGIO**

IJB-DIR-026/2011

Lages (SC), 30 de junho de 2011

Ilmo. Sr.

**Gelson Luiz Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa

Prezado Senhor

O Instituto José Paschoal Baggio é uma instituição do terceiro setor sem fins lucrativos, o qual tem realizado diversas atividades na área social, educacional, cultural, esporte, empreendedorismo e ambiental, por meio de programas como o Lendo e Relendo com o Correio Lageano, Som e Arte - Desenvolvimento Humano através da Música e Carahá de Cara Nova - Responsabilidade Ambiental um Compromisso de Todos.

Por indicação do Deputado Elizeu de Mattos, recebemos o título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 15.218 de 22 de junho de 2010. Para o qual, observando a lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010, art. 3º encaminhamos em anexo a documentação indicada, para manutenção do título e continuidade.

Isto posto, aguardamos as providências necessárias ao assunto, e reiteramos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Isabel Baggio  
Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 390/11****CENTRO COMUNITÁRIO DIVINO ESPÍRITO SANTO  
DECLARAÇÃO**

A entidade **CENTRO COMUNITÁRIO DIVINO ESPÍRITO SANTO**, entidade beneficente de assistência social, estabelecida na Rua Dom Pedro II, 325 - Bairro Canoas em Rio do Sul/SC, CEP 89160.000, inscrita no CNPJ sob nº 83.499.087/0001-10, declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 5.360 de 16/11/1977, em cumprimento com a LEI 14.182 de 01/11/2007, declara que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

E por ser verdade, assume integral responsabilidade pelos termos desta declaração.

Rio do Sul, 30 de Junho de 2011

SIONARA APARECIDA DALFOVO MARQUEZ

Presidente

**Documentos Anexos:**

- 1) Relatório Anual de Atividades
- 2) Balanço Patrimonial ref. 2010
- 3) Demonstração do Resultado do Exercício ref. 2010
- 4) Notas Explicativas

*Lido no Expediente**Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 391/11****APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

OFÍCIO 029/APAE/2011 Bom Jardim da Serra, 17 de junho de 2011.

Através deste informamos que estamos encaminhando os documentos necessários para renovação do Título de Utilidade Pública Estadual da APAE de Bom Jardim da Serra:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil.

Atenciosamente,

Ozaira Andrade de Oliveira

Presidente da APAE

Marli Fátima Costa Borges

Diretora da APAE

*Lido no Expediente**Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 392/11****COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE**

Of. 12/2011

Joinville, 30 junho de 2011

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A/C Sr. Deputado Estadual Gelson Merisio - Presidente

NESTA

A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, entidade sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência Social, com sede à Rua Princesa Isabel, nº 508, nesta cidade de Joinville-SC, declarada de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 975 de 09.10.1968, Estadual, Lei nº 4.369 de 22.09.1969 e Federal, Decreto-Lei nº 91.108 de 12.03.1985, vem através do seu Presidente solicitar, à V.Sas, o **REQUERER da "Certidão de reconhecimento de Utilidade Pública Estadual"**, de que instituição é declarada de Utilidade Pública. Em anexo estamos encaminhando os seguintes documentos:

- ✓ Relatório de Atividades 2010;
- ✓ Balancete financeiro do exercício de 2010, aprovado pelo Conselho fiscal;
- ✓ Atestado de Funcionamento;
- ✓ Certidão atualizada do registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas

Nestes termos, pedimos Deferimento,

**COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE**

Francisco Carlos Brunken Filho

CPF 312.895.929-34

Presidente

Monica Pietschmann Gonzaga

CPF 471.126.629/15

1ª Secretária

*Lido no Expediente**Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 393/11****ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TIJUCAS**

ABCT OF. Nº 001/2011

Tijucas, 01 de julho de 2011.

Excelentíssimo Senhor

**GELSON MERISIO**

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Tijucas, CNPJ 03.958.276/0001-75, com endereço para correspondência na Rua Coronel Conceição, nº 870 Centro - Tijucas, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 12.223 de 25 de abril de 2002.

Pede Deferimento,

**HENRIQUE LEAL MACIEL**

Presidente da Associação de Bombeiros

Comunitários de Tijucas

*Lido no Expediente**Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 394/11****INSTITUTO HOSPITALAR BENEFICENTE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS**

Ofício Nº 021/2011

Iporã do Oeste, 01 de julho de 2011

Palácio Barriga Verde

Coordenadoria de Expediente

Florianópolis - Santa Catarina

Prezados Senhores

Conforme determinação da Lei Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, estamos encaminhando os documentos solicitados para a referida prestação de contas, e aguardamos a certidão de reconhecimento.

Sendo para o momento, colocamo-nos a disposição.

Evalmir Bischoff

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 395/11**

**ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO**  
ACBCCP OF. 013/2011 Correia Pinto, 29 de Junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor

**GELSON MERISIO**

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Corpo de Bombeiros Comunitários de Correia Pinto, CNPJ 04.802.642/0001-65, com endereço para correspondência na Rodovia BR 116, KM 222, Centro, Correia Pinto/SC, entidade está declarada de utilidade pública pelo Decreto Legislativo nº 003, de 11 de Abril de 2002.

Pede Deferimento,

**ALEX SANDRO DA LUZ**

Presidente da Associação Corpo de Bombeiros  
Comunitários de Correia Pinto

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 396/11**

**ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE  
MASSARANDUBA**

**FILIADA A "OBA" ORGANIZAÇÃO DE BOMBEIROS AMERICANOS**

Massaranduba, 21 de Junho de 2011

À  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Conforme preconiza a Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010, encaminhamos anexo a seguinte documentação visando a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual:

- ✓ Relatório de Atividades do Exercício 2010;
- ✓ Balanço Patrimonial do Exercício 2010;
- ✓ Demonstração do Superavit ou Déficit do Exercício 2010;
- ✓ Balancete Contábil Exercício 2010;
- ✓ Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- ✓ Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

**Gerson Frederico da Costa**  
Tesoureiro

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 397/11**

**ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE SÃO JOÃO  
BATISTA**

ABCC OF. 004/2011 São João Batista, 11 de julho de 2011.

Excelentíssimo Senhor

**GELSON MERISIO**

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Corpo de Bombeiros Comunitários de São João Batista, CNPJ 05.636.285/0001-75 com endereço para correspondência na Rua Gilson Geraldo Sartori, 440, Centro - São João Batista, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 14.896, de 23 de outubro de 2009.

Pede Deferimento,

**LUCIANO AMORIM**

Presidente da Associação Corpo de Bombeiros  
Comunitários de São João Batista

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 398/11**

**ZOO POMERODE**

**Fundação Hermann Weege**

Pomerode, 27 de junho de 2011.

**Ofício Nº 0013/2011 - Fundação Hermann Weege / Zoo Pomerode**

**EXMO. SR. GELSON MERISIO**

**DEPUTADO ESTADUAL**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos do presente para submeter à vossa apreciação, o Relatório anual de atividades do exercício de 2010, Atestado de funcionamento atualizado expedido pela

Prefeitura Municipal de Pomerode, Certidão atualizada do registro da Fundação Hermann Weege, junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da comarca de Pomerode e Balancete contábil do exercício 2010, bem como, cópias das atas do referido exercício, em cumprimento do art. 3º, da Lei 15.125/2010.

Destarte, solicitamos que seja expedida a certidão qual atesta a regularidade desta entidade de utilidade pública.

Certo de vossa colaboração, aproveitamos o momento para reiterar os nossos mais elevados votos de apreço e de consideração.

Respeitosamente,

Maurício Bruns

Gerente Executivo

Fundação Hermann Weege Zoo Pomerode

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 399/11**

**LAR PADRE JACÓ**

Ofício nº.070/2011

Itajaí (SC), 28 de junho de 2011.

**Ao**

**Deputado Gelson Merisio**

**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

**Florianópolis - SC**

**A ASSOCIAÇÃO PRÓ-MENOR LAR PADRE JACÓ**, com sede à Rua José Copertino Chaves, 186 no Bairro Fazenda em Itajaí, vem por meio deste encaminhar o Relatório de 2010 da instituição.

Agradecemos à colaboração e atenção dispensada.

Atenciosamente,

Silvia Aparecida da Silva

ADMINISTRADORA

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 400/11**

**Instituição Cidade da Esperança**

Ofício 110/2011

Rancho Queimado, 30 de Abril de 2011

Exmo. Deputado

Gelson Merisio

Presidente

Gabinete da Presidência

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**Assunto:** Prestação de contas ano base 2010.

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando a documentação da **prestação de contas**, ano base **2010**, conforme a exigência da Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Gratos por sua atenção, agradecemos

Atenciosamente.

Luciano Pereira Paiva

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 401/11**

**SOCIEDADE AMIGOS DO 23º BATALHÃO DE INFANTARIA - SAB 23**

Blumenau SC, em 07 de julho de 2011.

**Excelentíssimo Senhor:**

**Deputado Estadual Jean Kuhlmann**

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando, para ser apresentado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para que o mesmo os remeta a comissão competente, os documentos abaixo relacionados, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 15.125/2010 com os seguintes documentos:

**I** - Relatório anual de atividades;

**II** - Atestado de funcionamento atualizado de Utilidade Pública;

**III** - Certidão atualizada do registro da Entidade no cartório de pessoas jurídicas;

**IV** - Balancete Contábil

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 14.939 em 4 de novembro de 2009.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

CARLOS BUHR

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*



**OFÍCIO Nº 402/11****ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RESIDENCIAL VILA ISABEL E ADJACÊNCIAS**

Gaspar, 30 de junho de 2011

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES**

Na qualidade de representante legal da Instituição abaixo qualificada, venho respeitosamente encaminhar o **relatório circunstanciado de atividades**, em atenção a Lei nº 15.125, objetivando a manutenção de título de Utilidade Pública Estadual.

**IDENTIFICAÇÃO**

**Nome/Razão Social:** Associação de Moradores Residencial Vila Isabel e Ruas Adjacências

**CNPJ:** 05135957/0001-69

**Endereço:** Rua Kennedy nº 433, Bairro Barracão, Gaspar, CEP 89110-000

**Cidade/UF:** Gaspar, Barracão, SC

**Telefone:** - (047) 33327620

**Site:** [http://amviassociacao.wordpress.com/E-mail-amvi\\_adm@yahoo.com.br](http://amviassociacao.wordpress.com/E-mail-amvi_adm@yahoo.com.br)

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 403/11****ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - APAE**

Ofício nº 97/11

Balneário Camboriú, 22 de junho de 2011

Exmo. Senhor

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis-SC

Prezado Senhor,

A APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais vem através deste encaminhar documentação para comprovação de Utilidade Pública Estadual.

- Relação da Diretoria 2011/2013;

- Atestado de funcionamento;

- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

- Relatório de Atividades 2010;

- Plano de trabalho 2011;

- Balanço patrimonial 2010.

Na certeza de ter colaborado com os esclarecimentos necessários, agradecemos e ficamos inteiramente a disposição para quaisquer eventualidade.

Atenciosamente,

Margid R. Buckstegge

Presidente APAE/BC

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 404/11****ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE RIO DO SUL**

Rio do Sul, 05 de julho de 2011.

Ao Exmo. Sr.

**GELSON MERÍSIO**

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Nesta - SC

Senhor Presidente,

Nos termos da Lei Estadual nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, encaminho anexa, a documentação para fins de comprovação de atividade referente a Associação de Bombeiros Comunitários de Rio do Sul.

Respeitosamente,

**LEONARDO GRACIANO**

Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários de Rio do Sul

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 405/11****ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA DECLARAÇÃO**

A entidade ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA, entidade beneficente de assistência social, estabelecida na Rua São João, 180 - Bairro Centro em Rio do Sul/SC. CEP 89160.000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.782.177/0001-14, declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 6.317 de 11/12/1983, em cumprimento com a LEI 14.182 de 01/11/2007, declara que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

E por ser verdade, assume integral responsabilidade pelos termos desta declaração.

Rio do Sul, 30 de junho de 2011.

AVAIR TEREZINHA GRAH

Presidente

**Documentos anexos:**

1) Relatório Anual de Atividades

2) Balanço patrimonial ref. 2010

3) Demonstração do Resultado do Exercício ref. 2010

4) Notas Explicativas

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 406/11****LIGA SERRANA DE FUTEBOL**

Para

Assembleia Legislativa

Coord. Documentação

Pelo presente estamos encaminhando os documentos referente o exercício subsequente da Liga Serrana de Futebol lei de utilidade pública estadual nº 15.330, para sua ciência e controle.

1- Relatório anual de atividades 2010.

2- Atestado de funcionamento pelo Município.

3- Certidão atualizada do registro fornecida pelo cartório.

4- Balancete contábil e DIPJ.

LAUREMIR SAVERDRA (LÁLI)

Presidente da LSF

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 407/11****CLUBE DE CAÇA E TIRO FORTALEZA ALTA****Excelentíssimo Senhor:****Deputado estadual Jean Kuhlmann**

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando para ser apresentado ao Presidente Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para que o mesmo os documentos remeta ao comissão competente, abaixo relacionado, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 15.125/2010 com os seguintes documentos:

I - Relatório anual de atividades;

II - Atestado de funcionamento atualizado de Utilidade Pública;

III - Certidão atualizada do registro da Entidade no cartório de pessoas jurídicas.

IV - Balancete Contábil.

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 14.705 em 21 de maio de 2009.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

Edson Luis Soares

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 408/11****AVHSR - ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL SÃO ROQUE DE JACINTO MACHADO**

Ofício nº 12/AVHSR/2011 Jacinto Machado, 07 de julho de 2011

Assunto: Encaminhamento de documentos

Exmo. Sr. Presidente

**Assembleia Legislativa de Santa Catarina**

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310,

centro, Florianópolis

Senhor Presidente,

Encaminho documentação à Assembleia Legislativa em cumprimento ao artigo 3º da Lei nº 15.424, de 21 de dezembro de 2010.

Solicito que quaisquer esclarecimento seja encaminhado a Associação das Voluntárias do Hospital São Roque de Jacinto Machado - AVHSR, aos cuidados da Presidente Ilma Generoso Matias Bernardo, Travessa Vereador Marcelino Maia, nº 60, Bairro Paraguai, CEP 88950-000 - Jacinto Machado - SC,.

Compõe a prestação os seguintes documentos:

I - Relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - Atestado de funcionamento atualizado;

III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - Balancete Contábil.

Respeitosamente,

Ilma Generoso Matias Bernardo

Presidente da AVHSR

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/07/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 409/11****CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PENHA/SC DECLARAÇÃO**

Declaro aos devidos fins, que a **Federação das APAEs do Estado de Santa Catarina**, com sede neste Município é uma entidade

não governamental, sem fins lucrativos, e encontra-se inscrita no CNPJ sob o número 95.815.635/0001-53, e está cadastrado no Conselho Municipal de Assistência Social, nº 024/2008/CMAS/Penha.

Declaro ainda, que a referida entidade não remunera os membros de sua diretoria, destinando a totalidade de suas rendas ao atendimento de suas finalidades.

Penha, 01 de junho de 2011.

**Nelsi Maria Zimmermann Leandro**  
Presidente CMAS/Penha

Lido no Expediente  
Sessão de 12/07/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 410/11**

**CARTA DE ENCAMINHAMENTO**

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de SC  
Deputado Gelson Merísio

Seguem em anexo documentos para fins de controle para manutenção da Lei 15.427, de 21/12/10, que declara de utilidade pública a Associação de Missionários Janela 20:20.

Os documentos anexos são:

- relatório anual de atividades do exercício 2010;
- atestado de funcionamento atualizado;
- certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- balancete contábil do ano de 2010.

Balneário Piçarras, 29 de junho de 2011.

Luciano Pereira da Silva

Associação de Missionários Janela 20:20  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 12/07/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 411/11**

**CLUBE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO E CULTURAL UNIÃO**

Blumenau, 30 de junho de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de SC.

Cuprimentando-o cordialmente, a entidade CLUBE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO E CULTURAL UNIÃO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob Nº 83.798.801/0001-71, com sede Rua Augusto Viviani nº 30, no bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau/SC, CEP 82075-120, no telefone (47) 3337-1476, que presta serviços de natureza relevantes e de notório caráter comunitário e social, ora representado pelo seu presidente ERVIN CRISTOFOLETTI, inscrito no CPF 248.466.869-49, na cidade de Blumenau/SC, vem perante Vossa Excelência, declarar que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de Utilidade Pública, nos termos do dispositivo no parágrafo único do art. 3º Inciso II da Lei Estadual nº 14.182, de 01.11.2007.

Por ser verdade, firma-se a presente declaração.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente  
Ervin Cristofolletti

Lido no Expediente  
Sessão de 12/07/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 412/11**

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DOM JOAQUIM**

OF. Nº 56/2011 Sombrio (SC), 15 de junho de 2011.  
Exmo. Sr.

GELSON MERÍSIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis - SC

Ilustríssimo Senhor,

**Associação Hospitalar Dom Joaquim**, organização beneficente, com personalidade jurídica de direito privado e de interesse público, fundada em 14/10/2004, sediada na Rua Dr. Antonio Bottini, nº 46, em Sombrio - SC e cadastrada no CNPJ sob o nº 07.051.643/0001-03, vem por meio deste, requerer a Vossa Senhoria a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual por se tratar de entidade dedicada à atividades de atendimento hospitalar e ambulatorial, para a que apresenta a documentação anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento e contando com a atenção costumeira de vossa excelência, desde já agradecemos.

Atenciosamente,  
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DOM JOAQUIM  
HELIO ROCHO DE MATOS  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 12/07/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS**

**PORTARIA Nº 2383, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LEONARDO BRAUM**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2384, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 022/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2385, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **DIEGO VIEIRA DE SOUZA**, matrícula nº 6302, na DCS - Coordenadoria de Radio.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2386, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ROZANE BERNARDETE DA SILVA**, matrícula nº 5279, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de julho de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2387, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ROZANE BERNARDETE DA SILVA**, matrícula nº 5279, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de julho de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2388, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LUCIANO ADILIO ALVES**, matrícula nº 6235, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de julho de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2389, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LUCIANO ADILIO ALVES**, matrícula nº 6235, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de julho de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2390, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JUAREZ FURTADO**, matrícula nº 5945, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de julho de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2391, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JUAREZ FURTADO**, matrícula nº 5945, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de julho de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2392, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **JANE LUCIA DUARTE RAMOS**, matrícula nº 3481, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de julho de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2393, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JANE LUCIA DUARTE RAMOS**, matrícula nº

3481, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de julho de 2011 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2394, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **PATRICK ALEXANDRE PALMEIRA**, matrícula nº 4420, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2395, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR PATRICK ALEXANDRE PALMEIRA**, matrícula nº 4420, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2396, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MICHELLE HILBERT**, matrícula nº 5184, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2397, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MICHELLE HILBERT**, matrícula nº 5184, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2398, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO**, matrícula nº 6606, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2399, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO,**

matrícula nº 6606, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2400, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR o servidor LEANDRO DE ABREU RAFAELI,**

matrícula nº 6251, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2401, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LEANDRO DE ABREU RAFAELI,**

matrícula nº 6251, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2402, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR o servidor JERRY EDSON COMPER,**

matrícula nº 6585, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2403, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JERRY EDSON COMPER,**

matrícula nº 6585, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2404, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR a servidora FABIANA ELOISA DREGER,**

matrícula nº 6607, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2405, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR FABIANA ELOISA DREGER,**

matrícula nº 6607, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de julho de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2406, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Gustavo Correa Maria	5816	3%	3%	01/07/11	1025/2011
Odair José Demarco	5807	3%	3%	01/07/11	1027/2011
Marcos Alessandro Fialho	5788	3%	3%	01/07/11	1030/2011
Terezinha Medeiros	5776	3%	3%	01/07/11	1031/2011
Vilson Vieira	1583	3%	36%	02/07/11	1032/2011
Angela Aparecida Bez	3072	3%	15%	01/07/11	1034/2011
Julia da Silva Milis Syracuse	4176	3%	12%	01/07/11	1033/2011

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2407, de 13 de julho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1892	Monica Machado Meyer	31/10/05	21/02/11	1093/2011
2700	João Machado Pacheco Neto	03/07/06	02/07/11	1038/2011

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*